

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2024
Mensagem da Diretoria Executiva
Desempenho e Crescimento do Serpro em um Ano de Transformações Estratégicas

O ano de 2024 representou um marco na trajetória do Serpro, consolidando novos rumos, caminhos construídos e, sobretudo, tangibilizando os resultados dessas mudanças. Ao celebrarmos 60 anos com o maior lucro líquido de nossa história e sermos reconhecidos como uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, reafirmamos nosso compromisso com a inovação, a inteligência e a modernização do Estado brasileiro, mantendo-nos na vanguarda da transformação digital no setor público. Em 2024, mudamos nossa marca e adotamos uma nova identidade, que representa tanto o presente quanto o futuro que buscamos: somos a Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação.

Ao longo de seis décadas, construímos um legado de soluções que transformaram a gestão pública e a experiência do cidadão com os serviços governamentais. Um exemplo disso é a Plataforma gov.br, que conta com mais de cinco mil serviços disponíveis, permitindo que os cidadãos resolvam questões junto à Administração Pública de maneira prática e eficiente, diretamente do celular ou computador, sem precisar sair de casa. Agora, ao completar 60 anos, reforçamos nosso papel estratégico na construção de um governo mais digital, soberano, seguro e acessível para toda cidadã e todo cidadão. Nosso compromisso é claro: impulsionar a construção de um Brasil Digital, reduzindo abismos sociais por meio da cidadania digital.

Nosso desafio esteve refletido no Plano Estratégico 2024-2028, que estabeleceu diretrizes ambiciosas para fortalecer nossa posição como parceiro do Estado, impulsionar a digitalização de serviços e garantir a sustentabilidade econômico-financeira. Os resultados desse período já demonstraram avanços expressivos da nossa gestão.

Se o Serpro cresce, o Estado avança: solidez financeira e expansão dos negócios

A celebração dos 60 anos é apenas uma entre as tantas conquistas que 2024 trouxe ao Serpro. Neste ano, registramos a maior receita líquida e o maior lucro líquido da história da Empresa. A receita líquida atingiu R\$ 3,93 bilhões, um crescimento de 22,1% em relação ao ano anterior. O lucro líquido alcançou R\$ 685,2 milhões, um aumento expressivo de 52% em relação a 2023.

O crescimento no mercado não OGU foi um dos principais motores desse desempenho. Em 2024, o Serpro levou seus serviços de qualidade e credibilidade a mais clientes públicos estaduais e municipais, além de observar um crescimento da carteira de clientes privados. Esses avanços refletem os esforços contínuos da Empresa para diversificar sua base de clientes e expandir sua presença junto a estados e municípios, reforçando o Serpro como um parceiro estratégico para a digitalização e transformação do setor público.

No mercado OGU, o Serpro também apresentou resultados positivos, ampliando contratos estratégicos com órgãos federais e reafirmando seu papel na administração pública. Nosso foco é manter e desenvolver ainda mais nosso modelo de negócio sustentável que equilibra a prestação de serviços para clientes públicos de variados segmentos, privados e internacionais, garantindo maior independência financeira e segurança para investimentos futuros.

A eficiência da gestão financeira também se traduz nos indicadores de rentabilidade. Em 2024, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido cresceu 6,6 pontos percentuais, atingindo 29,38%. Esse desempenho reflete o compromisso da Empresa com uma administração responsável, focada em crescimento sustentável e geração de valor.

Como resultado dessa gestão equilibrada, em 2024 devolvemos ao acionista 61,6% do nosso lucro líquido, totalizando R\$ 421,88 milhões em dividendos, um crescimento de 294,1% em relação a 2023. Esse repasse fortalece diretamente as contas públicas, demonstrando que o Serpro não apenas sustenta sua operação, mas contribui ativamente para a solidez fiscal do Brasil. Além disso, há expectativas de que o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2024, a ser pago em 2025, seja um marco na valorização dos empregados do Serpro. Em um ano de resultados históricos, nada mais justo do que reconhecer o esforço e a dedicação dos nossos times.

Seguimos inovando na gestão administrativa, adotando estratégias que otimizam o fluxo de caixa e aprimoram a relação com nossos clientes. Como parte dessa abordagem, há previsão de concessão de desconto para clientes que quitarem suas faturas dentro do prazo em 2025. Essa iniciativa incentivará a pontualidade nos pagamentos, reduzirá inadimplências e garantirá maior previsibilidade financeira, consolidando o Serpro como referência em governança e eficiência na administração pública.

Somos o braço tecnológico do Estado: migração para a nuvem e modernização da infraestrutura

Em 2024, investimos R\$ 228 milhões na modernização do parque computacional, um aumento de 18% em relação a 2023. Esse investimento foi direcionado à expansão da plataforma mainframe, aquisição de novas soluções de armazenamento e servidores em nuvem, além da modernização dos ambientes produtivos.

Entre os avanços estratégicos da infraestrutura de TI, destacamos a migração de soluções da plataforma alta para plataformas mais flexíveis, incluindo a nuvem. Esse movimento reforça a resiliência operacional e impulsiona a eficiência dos serviços, garantindo arquiteturas mais sustentáveis e escaláveis para o futuro.

Com isso, consolidamos a Nuvem de Governo como um dos pilares da nova onda de transformação digital do setor público, e mais uma vez o Serpro assume a liderança nesse cenário. Essa iniciativa assegura uma infraestrutura soberana para dados governamentais, reforçando a segurança e a autonomia digital do país. Em 2024, ampliamos a capacidade computacional da nuvem, incorporando novos recursos e soluções de Inteligência Artificial, em total alinhamento com a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).

Uma gestão firme e comprometida com mudanças

Nosso desafio é avançar com velocidade, corrigir com precisão e potencializar os resultados dessa Estatal que pertence ao Brasil, ao povo brasileiro e que, há 60 anos, impulsiona inteligência, serviços e transformação digital. Com entregas concretas e impacto real, seguimos comprometidos em revisar, inovar e superar expectativas.

A criação da Diretoria de Negócios Econômico-Fazendários (DINEF) foi uma decisão estratégica e um dos frutos do projeto I3, reafirmando o compromisso do Serpro em oferecer um atendimento dedicado e especializado ao seu principal cliente: o Ministério da Fazenda e seus órgãos vinculados, como a Receita Federal, STN e PGFN. Essa estrutura garantiu mais proximidade, eficiência e entregas tecnológicas fundamentais para a modernização da gestão tributária do país.

Um exemplo concreto desse avanço foi a entrega da Plataforma de Eventos da Reforma Tributária do Consumo (RTC), projeto mais importante do Serpro em 2024. Sabemos do nosso compromisso em sustentar a Reforma Tributária no âmbito da tecnologia e dos serviços econômico-fazendários. A RTC, sozinha, será capaz de processar até 29 mil transações por segundo e 240 bilhões de transações por ano. Esse é o tamanho do Serpro e do futuro que estamos construindo. Estamos prontos para avançar e cumprir as expectativas do Estado brasileiro.

Diretoria Executiva do Serpro

Administradores do Serpro
Conselho de Administração

Fernando Ferreira Presidente do Conselho de Administração
Daniel de Saboia Xavier Conselheiro ¹
Ivan Tiago Machado Oliveira Conselheiro
Rogério Souza Mascarenhas Conselheiro
Renan Pinheiro do Egypto Guerra Conselheiro Representante dos Empregados ³
Leonardo André Paixão Conselheiro Independente
Cargo vago Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Alexandre Gonçalves de Amorim Diretor-Presidente
Alexandre Brandão Henriques Maimoni Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos
André Picoli Agatte Diretor de Negócios, Governos e Mercados ²
Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca Diretora de Negócios Econômico-fazendários
Ermes Ferreira Costa Neto Diretor de Pessoas ⁴
Osmar Quirino da Silva Diretor de Administração e Finanças ⁵
Wilton Itaguara Gonçalves Mota Diretor de Operações ⁶

Para saber mais sobre os administradores do Serpro e seus currículos acesse:

www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem.

O rol de responsáveis está disponível em:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/rol-de-responsaveis>
Visão geral organizacional e ambiente externo
O Serpro

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que atua no setor de Tecnologia da Informação (TI).

O Serpro foi criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, e é regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, pelo seu Estatuto Social e pelas demais normas legais⁷ aplicáveis.

A Empresa tem por objeto social⁸: desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em TI; prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade; e executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Os serviços prestados envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

Ao completar 60 anos, o Serpro reafirmou sua capacidade de criar tecnologias inovadoras para a transformação digital do Estado brasileiro, provendo soluções estratégicas que suportam ações estruturantes de Governo e impulsionando políticas públicas para o desenvolvimento do país e a democratização de serviços essenciais a todos os cidadãos.

Neste momento histórico, a Estatal demonstra como abraça as mudanças e evolui como Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação, com papel fundamental na modernização tecnológica do país e no avanço da Cidadania Digital, para oferecer melhores serviços para todos os brasileiros e brasileiras, além de se empenhar em responder prontamente às demandas do Governo, da sociedade e do mercado.

Com forte presença na esfera federal, vem intensificando sua atuação junto a estados e municípios, pois o avanço tecnológico é visto como uma poderosa ferramenta de inclusão social. E ainda, apresenta uma longa tradição em segurança da informação e inteligência e se aproximou do mercado privado ao longo dos últimos anos, pois tem a possibilidade de beneficiar a vida dos cidadãos por meio de empresas que utilizam suas soluções para alavancar negócios, validar a confiabilidade de dados e informações e auxiliar no combate a fraudes.

O Serpro é mais do que uma empresa de tecnologia e inteligência. É um agente transformador, comprometido com o progresso do Brasil e o bem-estar da sociedade. Essa atuação é reforçada pelos seguintes componentes estratégicos:

Propósito: Prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital

Visão: Construir o melhor Governo Digital para o cidadão

Valores:

- Bem-estar do(a) empregado(a)
- Felicidade do cliente
- Segurança da Informação
- Integridade
- Soberania de dados
- Inovação
- Diversidade
- Sustentabilidade

O capital social do Serpro é de R\$ 1.786.196.057,07, totalmente subscrito e integralizado, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com totalidade das ações de propriedade da União.

1 O Sr. Manoel Tavares de Menezes Netto foi eleito Conselheiro de Administração em 24/10/2023 e cumpriu mandato até 30/09/2024. O Sr. Daniel de Saboia Xavier foi eleito Conselheiro de Administração em 18/12/2024.
 2 O Sr. André de Cesaro foi eleito Diretor de Relacionamento com Clientes em 03/07/2018 e cumpriu mandato até 30/09/2024. Em 2024, ocorreu mudança na estrutura das Diretorias e o Sr. André Picoli Agatte foi eleito Diretor de Negócios, Governos e Mercados em 25/02/2025.
 3 O Sr. Deivi Lopes Kuhn foi eleito Conselheiro de Administração Representante dos Empregados em 26/04/2022 e cumpriu mandato até a posse do Sr. Renan Pinheiro do Egypto Guerra em 19/04/2024.
 4 O Sr. Marco Aurélio Sobrosa Friedl foi eleito Diretor de Pessoas em 29/08/2023 e cumpriu mandato até 31/01/2025. O Sr. Ermes Ferreira Costa Neto foi eleito Diretor de Pessoas em 31/01/2025.
 5 O Sr. Luis César Bueno e Freitas foi eleito Diretor de Administração e Finanças em 29/06/2023 e cumpriu mandato até 31/03/2024. O Sr. Osmar Quirino da Silva foi eleito Diretor de Administração e Finanças em 12/09/2024.
 6 O Sr. Leandro Moreira Garcia foi eleito Diretor de Operações em 26/05/2023 e cumpriu mandato até 18/06/2024. O Sr. Wilton Itaguara Gonçalves Mota foi eleito Diretor de Operações em 12/09/2024.
 7 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica>
 8 Estatuto Social do Serpro, art. 3º (aprovado na 1ª AGE 2024).

O Serpro não participa do capital de outras organizações e, por ser uma empresa pública federal não dependente do Tesouro Nacional, não firmou contratos de gestão.

 Conheça mais em <https://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos>

 Consulte a geração de valor pelo Serpro: <https://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/certificacoes-e-reconhecimento>
Estrutura Organizacional

Para cumprir suas finalidades e se destacar num mercado em constante evolução, o Serpro observa dispositivos legais e boas práticas que contribuem para a adequada Governança Corporativa, dispondo de uma Estrutura de Governança e Gestão⁹ que disciplina como a Empresa se organiza e funciona e que considera o conjunto de atribuições, responsabilidades e autoridades distribuídas às instâncias de governança e gestão.

Para viabilizar a Estratégia Institucional e o fluxo decisório e informacional, a Estatal conta com a Estrutura Organizacional¹⁰, aprovada pelo Conselho de Administração (CA), que define as áreas de atuação e competências da Presidência e das Diretorias.

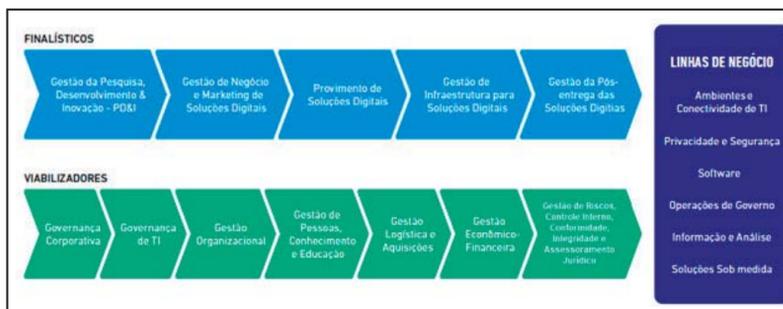
Nos níveis táticos, as unidades subordinadas à Diretoria Executiva (Direx) têm atribuições especializadas por função, que consideram o balanceamento de poderes, autoridades e alçadas e que foram endereçadas de acordo com a responsabilidade de cada área sobre os processos corporativos integrantes da Cadeia de Valor.

Cadeia de Valor

Para cumprir seu propósito e gerar valor, os macroprocessos e processos do Serpro são organizados, inter-relacionados e agrupados em atividades finalísticas e viabilizadoras, sendo representados em alto nível pela Cadeia de Valor.

Os processos finalísticos representam as atividades-fim ou diretamente envolvidas no atendimento às necessidades de seus clientes, enquanto os processos viabilizadores são responsáveis por garantir os recursos necessários e contribuir para os processos finalísticos alcançarem sucesso junto aos clientes.

Figura 1: Cadeia de Valor do Serpro



Vigência: Dez/2024. Fonte: Serpro (2024).

A cultura em gestão por processos é permanentemente fortalecida, de modo a promover a conscientização e o conhecimento das atividades desempenhadas pela Empresa e, assim, contribuir para viabilização do Modelo de Negócio.

Modelo de Negócio

O Modelo Corporativo de Negócio do Serpro (MCNS) apresenta os direcionadores de negócio e as interações entre os Capitais, Meios, Diferenciais e Entregas da Empresa para a sociedade, retratando como o Serpro atua.

Trata-se de um modelo sustentado pela Estratégia Institucional, destacando-se seu Propósito, Visão e Valores, além de direcionadores governamentais, como a Estratégia de Governo Digital, e diretrizes mundiais para o mercado, como o *Business Ready* do Banco Mundial e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), objetivando prover inovação digital para o Governo e a sociedade.

A Empresa possui um portfólio de serviços organizado em seis Linhas de Negócio, alinhado com a Estratégia de Negócio e que busca melhorar a experiência de oferta para cada mercado alvo, apresentando toda diversidade de produtos disponíveis, além de tratar de forma diferenciada seus clientes estruturantes¹¹. As Linhas de Negócio têm suas estratégias específicas:

Ambientes e Conectividade de TI: serviços de computação em nuvem, redes de conectividade, infraestrutura, administração de ambientes de rede e suporte técnico especializado, de alta confiabilidade e disponibilidade, essenciais para os órgãos públicos operarem atividades de sua competência e cumprirem suas finalidades.

Informação e Análise: serviços que fomentam a atividade econômica, proporcionam relacionamentos de negócio mais confiáveis, processos mais seguros e tomada de decisão inteligente ao viabilizar canais de acesso e integração às informações de Governo.

Operações de Governo: serviços públicos nos quais o Estado atua como regulador e o Serpro atua como executor, coordenando a operação e provendo-os diretamente à sua cadeia produtiva.

Privacidade e Segurança: soluções para promover segurança no uso de serviços e na identificação digital dos usuários, além de transparência e privacidade quanto ao uso de dados.

Soluções sob Medida: construção e sustentação de soluções digitais inteligentes para transformar digitalmente o Governo, capacitando-o a atender às mais exigentes necessidades do país e a tornar as políticas públicas mais eficientes e econômicas.

Software: produtos voltados para atender necessidades internas ou finalísticas do negócio do cliente com soluções inovadoras para problemas complexos do mercado público e privado.

Principais clientes e soluções

A carteira de clientes do Serpro é composta por órgãos públicos federais, dependentes ou não do Orçamento Geral da União (OGU), órgãos públicos estaduais e municipais, e por clientes privados nacionais e internacionais.

Os órgãos públicos são os principais clientes, dentre os quais encontram-se:

- Receita Federal do Brasil (RFB);
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- Secretaria de Comércio Exterior (SECEX);
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa);
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério dos Transportes;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran);
- Secretaria Nacional de Portos (SNP);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em 2024, o Serpro levou seus serviços de qualidade e credibilidade a mais estados e municípios. Para estreitar essa relação, a Estatal assumiu o compromisso de alcançar uma camada da sociedade presente nessas esferas que se encontra distante do digital e, assim, auxiliar o Brasil a construir uma Cidadania Digital que seja real para todas as pessoas.

No primeiro semestre de 2024, a Estratégia de Regionalização foi colocada em prática com a criação de uma estrutura de atendimento nacional constituída pelas seguintes regiões de negócio:

- Região 1: estados das Regiões Norte e Centro-Oeste e estado de Minas Gerais;
- Região 2: estados da Região Nordeste;
- Região 3: estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo; e
- Região 4: estados da Região Sul.

Em consonância aos seus componentes estratégicos, o Serpro provê soluções inteligentes para transformação e inclusão digital, tornando a relação do cidadão com o poder público mais prática e transparente, garantindo segurança e integridade e inovando para viabilizar as políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais.

O Serpro opera soluções que sustentam atividades de Estado e que atendem variados públicos: Governos, empresas e cidadãos.

Em 2024, alguns produtos e serviços destacaram-se por trazer inovações significativas e impulsionarem o avanço do Governo Digital:

Meio Ambiente
Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinafor) O Sinafor, gerido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), monitora a origem da madeira, carvão e outros produtos florestais no Brasil. Criado pela Instrução Normativa Ibama nº 21, de 24 de dezembro de 2014, o Sinafor integra o controle de atividades florestais e empreendimentos de base florestal, assegurando a rastreabilidade e a legalidade desses produtos, com o objetivo de combater a exploração ilegal e proteger o meio ambiente. Em 2024, foi introduzido o Módulo de Autorizações Simplificadas, que permite o registro, avaliação, emissão e monitoramento de autorizações para procedimentos simplificados em todo o país. Essa atualização beneficia agricultores e empreendedores familiares ao facilitar o acesso ao uso sustentável do solo e dos recursos florestais, alinhado às disposições do Código Florestal Brasileiro. Além disso, o Sinafor+ incorporou melhorias significativas. Entre elas, a nova funcionalidade de Visualização de Autorizações, que permite aos usuários acessar os espelhos das autorizações emitidas, garantindo maior transparência, redução na necessidade de impressões e economia de recursos. Outra inovação foi a criação do Perfil de Fiscalização Federal, que habilita servidores do Ibama, tanto na sede quanto nos estados, a suspender ou liberar autorizações de utilização de matéria-prima florestal emitidas por órgãos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas mudanças representam avanços importantes para simplificar os processos, melhorar o controle e promover a sustentabilidade na gestão dos recursos florestais.
Agronegócio
Plano ABC+ – Plano de Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária O ABC+ é uma agenda estratégica nacional para enfrentamento à mudança do clima no setor agropecuário, apresentando-se como uma política de Estado de grande relevância há 14 anos. Por meio de um painel tecnológico, é possível verificar as áreas de pasto degradadas, priorizar e acompanhar a sua recuperação. A solução apresenta o mapa do Brasil e as informações podem ser visualizadas por unidade da federação ou por biomas, com capacidade de chegar até o nível dos municípios. A situação das áreas com a identificação do nível de degradação pode, então, ser conhecida por propriedade rural. A tecnologia realiza o cruzamento das geometrias das pastagens com a geometria dos imóveis do Cadastro Ambiental Rural, permitindo corrigir a sobreposição dos imóveis. Realiza, ainda, a integração com dados financeiros do Banco Central do Brasil, apresentando as áreas e os valores financiados para recuperação de pastagens.

9 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/modelo-de-governanca/estrutura-de-governanca>.

10 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional>.

11 Clientes públicos que atuam em ações estratégicas do Estado, responsáveis pela execução de políticas públicas.

Fazendário

Portal do Simples Nacional
O Simples Nacional é uma plataforma que facilita o processo de adesão e gestão ao regime tributário simplificado destinado a microempresas e empresas de pequeno porte. A solução conta com mais de 6,4 milhões de empresas optantes pelo Simples e outras 15,5 milhões optantes pelo Simei, regime tributário voltado aos microempreendedores individuais. Em 2024, ocorreu o lançamento do novo Portal do Simples Nacional, trazendo diversas melhorias de usabilidade, navegabilidade e aderência ao padrão de *design system* do Governo (DS-GOV). O portal opera com uma média mensal de 7 milhões de declarações (Simples) e mais de 8 milhões de guias (MEI). Em 2023, União, estados e municípios arrecadaram mais de R\$ 172 bilhões por meio do regime simplificado, e até outubro de 2024, a arrecadação já havia superado os R\$ 156 bilhões.

Trânsito

Carteira Digital de Trânsito (CDT)
Em 2024, a CDT recebeu duas atualizações importantes que fortaleceram seu papel na simplificação e modernização dos serviços de trânsito. A primeira delas é a funcionalidade de Indicação de Real Infrator, que permite aos Detrans habilitar, cancelar habilitação e consultar a situação de adesão dos órgãos autôdores por meio do Portal de Serviços Senatran. Para os cidadãos, a funcionalidade oferece a possibilidade de realizar indicações de infratores diretamente no aplicativo CDT, desde que o órgão responsável pela infração esteja apto a receber essas indicações. Tal personalização não apenas aumenta a flexibilidade do sistema, mas também melhora a transparência para os usuários e gestores. A segunda é a Credencial de Estacionamento Digital para idosos e pessoas com deficiência (PcD), que permite a emissão da credencial de forma digital pelo aplicativo CDT ou pelo Portal de Serviços Senatran. A credencial pode ser vinculada a um único veículo, com a possibilidade de troca a qualquer momento. A verificação pelos agentes de trânsito é realizada via QR Code ou pela consulta da placa do veículo. A iniciativa não só promove inclusão e acessibilidade, mas também se alinha à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) 2024-2027, contribuindo para a redução de burocracia e o impacto ambiental positivo. Essa funcionalidade beneficia mais de 16 milhões de idosos e 3,4 milhões de PcDs, representando um avanço em ESG, especialmente nos aspectos ambiental e social. A digitalização elimina a impressão e o transporte de documentos físicos, promovendo sustentabilidade, além de facilitar o acesso ao serviço para todos os cidadãos diretamente no aplicativo, sem necessidade de deslocamento ou burocracia, o que torna o processo mais inclusivo e acessível.

Cidadãos

Plataforma gov.br
Com mais de 160 milhões de usuários cadastrados e mais de 91 milhões de contas ouro, a plataforma, que unifica os canais digitais governamentais e oferece cerca de 5 mil serviços públicos *online* para o cidadão, evoluiu com o incremento de tecnologias de biometria e inteligência artificial, facilitando a vida do cidadão. Em 2024, a Plataforma atingiu 2.990 sistemas integrados, mais de 154 milhões de assinaturas eletrônicas realizadas pelo cidadão, mais de 3 milhões de provas de vida realizadas, mais de 17 milhões de atendimentos realizados pelo Balcão gov.br, mais de 10 milhões de documentos digitais emitidos na *wallet gov.br*. As evoluções agregadas incluíram: o módulo que permite ao cidadão autorizar a operação dos serviços ao seu procurador, a solução Agenda de eventos de serviços federais, disponibilização do nome social nas comunicações com o cidadão, além de melhorias no módulo Balcão gov.br, como exigência de segundo fator de autenticação e notificação de atendimento (e-mail, SMS, app). Numa perspectiva ESG, a plataforma tem relevância ambiental, sendo responsável pela redução de consumo de papel, considerando que o trâmite de atendimento é digital, e pela redução de emissão de poluentes, tendo em vista que o cidadão não precisa visitar a repartição pública, dispensando um veículo de transporte. Em adição, a plataforma tem relevância social, evidenciada pela facilidade trazida pelo atendimento remoto, que torna os serviços públicos mais disponíveis aos cidadãos, sobretudo os de baixa renda, para os quais se diminui o custo direto dos serviços, como no caso da assinatura eletrônica que dispensa a firma reconhecida em cartório, e o custo indireto, a exemplo do custo de deslocamento periódico para fazer a prova de vida e o custo de se afastar do trabalho para aguardar atendimento em fila.

Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF 2024)
A entrega das Declarações do IRPF 2024 transcorreu com tranquilidade, mesmo diante da calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul, que exigiu a implementação de medidas sociais como a ampliação do prazo de entrega e a antecipação da restituição dos contribuintes desse estado. A estratégia de monitoramento do Imposto de Renda com Salas de Acompanhamento é uma prática consolidada e bem-sucedida para garantir a disponibilidade e o desempenho ideal das plataformas envolvidas. Em 2024, cerca de 220 profissionais de diversos times e especializações contribuíram com otimizações e ajustes preventivos de infraestrutura, além de acompanhar indicadores e métricas, com ganho de qualidade e segurança para o serviço. Outro destaque foi o aumento da utilização das declarações pré-preenchidas, que saltou de 7% em 2022 para 25% em 2023 e atingiu mais de 40% das declarações entregues em 2024.

Estados e Municípios

Cidades gov.br
A inovadora Plataforma Cidades gov.br possibilita fornecer não apenas serviços públicos aos cidadãos de cidades dos mais diversos tamanhos e realidades econômicas, como também ferramentas de apoio à máquina administrativa municipal. O módulo para acompanhamento dos acessos estatísticos ao portal permite que a prefeitura avalie quais serviços são mais procurados pelo público e a disponibilização de mais um meio de acesso pela população. O aplicativo Cidades gov.br se encontra em fase de homologação. No início de 2024, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais para que o Cidades gov.br fosse oferecido como degustação aos municípios do programa Cidades do Futuro, que visa promover a transformação digital nos municípios mineiros. Um total de 26 municípios utilizam a plataforma e há expectativa de incremento em 2025 com o início de novos mandatos nas prefeituras.

Atividades de Estado

Ecossistema do Compras.gov.br
Ao longo de 2024, foram implementadas melhorias em soluções voltadas às compras realizadas pelo Poder Público. **App Compras**, o aplicativo do Compras.gov.br foi atualizado com a inclusão das fases de julgamento e habilitação das licitações, para aprimorar a comunicação entre fornecedores e o Governo Federal, tornando mais simples e transparente o acompanhamento dessas fases. Os fornecedores acompanham a situação das suas propostas em tempo real e, caso sejam solicitados documentos adicionais, recebem notificações imediatas, podendo enviá-los diretamente pelo app. **Margem de Preferência**: o Compras.gov.br passou a atender ao Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, permitindo realizar licitações com aplicação da margem de preferência, um instrumento que possibilita à Administração Pública priorizar produtos e serviços nacionais, reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, e, dessa maneira, fomentar a indústria brasileira e o desenvolvimento nacional sustentável. **Medida Provisória de Calamidades**: o Compras.gov.br recebeu melhorias significativas visando o atendimento à Medida Provisória nº 1.221, de 17 de maio de 2024, que orientava sobre contratações públicas em casos de calamidade, criada para agilizar processos em situações emergenciais como a que afetou o Estado do Rio Grande do Sul, devastado por fortes chuvas. Foram implementadas, por exemplo, mudanças para redução dos prazos de apresentação das propostas e dos lances, e de divulgação de dispensa de licitação. **Integração Sicalf e CEIS (CGU)**: a integração entre os bancos de dados do Sistema de Cadastro Unificado de Fomecedores (Sicalf) e do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) foi concluída em 2024. Com essa iniciativa, todas as sanções aplicadas a uma empresa ficam automaticamente registradas nos dois sistemas, tanto as anteriores à integração como as que venham a ser registradas em qualquer um deles. **Catálogo de Materiais e Serviços (CNBS)**: foram implementadas melhorias nos resultados de busca de itens, a Nomenclatura Comum do Mercosul foi integrada ao Catálogo e houve a modernização dos Pedidos de Catalogação.

Outro grande destaque foi a evolução da Nuvem de Governo¹². Lançada em novembro de 2023, foi uma resposta imediata do Serpro à Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, publicada para auxiliar os órgãos do Poder Executivo Federal a se adequarem ao novo marco legal.

A solução estabeleceu novos padrões em segurança de dados e autonomia digital para as instituições públicas do país. É a única nuvem considerada soberana no hemisfério sul e apenas outras cinco iniciativas no mundo possuem uma tecnologia soberana semelhante à do Serpro.



Em 2024, a Empresa aumentou a capacidade da sua nuvem com a implantação de mais recursos computacionais e novas tecnologias, como soluções de Inteligência Artificial (IA), que estão sendo totalmente incorporadas à infraestrutura da Estatal para serem treinadas dentro da cultura e linguagem brasileiras. Ao longo do ano, o Serpro apresentou sua Nuvem de Governo em diversas oportunidades e a presença em eventos também foi relevante.

A Estatal participou da revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) num encontro que buscou revisar objetivos, eixos, metas e ações para alinhá-los aos interesses e prioridades nacionais. Como resultado, sua Nuvem de Governo está prevista no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), no "Eixo 3 – IA para Melhorias dos Serviços Públicos", item "3.2. Infraestrutura Nacional de Dados", ação "27. Nuvem Soberana". O PBIA foi aprovado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e publicado na Resolução CCT nº 4, de 8 de novembro de 2024.

O Serpro também se alinha ao Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados (IND) e a Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) para o período de 2024 a 2027, que norteará a transformação do Governo Federal por meio de tecnologias digitais que visam oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples e acessíveis ao cidadão.

Com um plano de investimentos de R\$ 574 milhões para os próximos 10 anos, o Serpro e a sua Nuvem de Governo terão participação indispensável na execução do PBIA, disponibilizando uma infraestrutura computacional em nuvem que garantirá a soberania e o tratamento responsável dos dados do país e que serão a referência para a IA brasileira.

Interesse Público, Políticas e Programas de Governo

Para cumprimento de suas finalidades, o Serpro orienta-se pelos valores e diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, agindo em prol do interesse público e contribuindo com as políticas públicas e programas prioritários do Governo Federal. Quadro 1: Principais valores e diretrizes do PPA norteadores para o Serpro

Valores	Diretrizes
Diversidade e justiça social	Promover a redução das desigualdades sociais e regionais
	Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência
Sustentabilidade socioambiental	Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos
	Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação
Excelência na gestão	Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital

Fonte: Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial (Secretaria Nacional de Planejamento / Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023).

Com foco na inovação, simplificação de soluções e integração de bases de dados, o Serpro conecta e aprimora a qualidade das informações governamentais, reduz a necessidade de acesso ou atendimento presencial aos serviços públicos e garante a segurança e integridade das operações. Dessa forma, contribui para a eficiência do serviço público e melhoria da vida dos cidadãos.

Para viabilizar internamente a entrega das soluções voltadas às políticas públicas, as ações do Serpro estão vinculadas no PPA ao Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais. Os recursos orçamentários para execução desse programa são provenientes da própria receita da Empresa, gerada pela prestação de serviços.

Em 2024, a Estatal realizou investimentos da ordem de R\$ 228 milhões para melhoria do parque computacional, representando 18% a mais que 2023, sendo destinados R\$ 210 milhões na aquisição de ativos imobilizados e R\$ 18 milhões em ativos intangíveis.

Como resultados provenientes desses investimentos, destacam-se aquisição de subsistemas de discos, expansão da plataforma *mainframe*, *notebooks*, soluções de armazenamento e servidores em nuvem. A Empresa prioriza iniciativas que visam melhoria da eficiência operacional, garantia dos níveis de serviço e, principalmente, qualidade dos serviços oferecidos à sociedade brasileira, além da adequação dos ambientes produtivos e da infraestrutura ao novo modelo operacional da Empresa.

É importante ressaltar que, em 2024, a geração de caixa operacional foi suficiente para cobrir tanto as despesas relacionadas

ao Plano de Investimentos quanto as demais despesas das atividades empresariais, sem necessidade de repasses de verbas públicas ou captação de financiamento por terceiros.

O Serpro realiza suas atividades em conformidade com suas finalidades e objeto social, de modo a contribuir para o interesse público que justificou sua criação, não tendo sido orientado pela União a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atua no mesmo mercado.

Todavia, por sua natureza empresarial e de seus serviços, o Serpro identifica condições que lhe são aplicáveis de forma distinta às empresas privadas, apresentando-as no item "Condições específicas do Serpro" de suas Notas Explicativas. As duas condições identificadas dizem respeito às contratações pelo poder público, realizadas por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação e também alcançadas pela imunidade tributária assegurada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658.

Alinhado às orientações da Secretaria de Governo Digital (SGD) e para manter a sua liderança em impulsionar a transformação digital do Governo, o Serpro investe em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas, que resultam na oferta de soluções que melhoram o atendimento ao cidadão, no aumento da eficiência dos órgãos públicos, em soluções de inteligência que reforçam a segurança dos serviços digitais governamentais e privados.

Soluções para o mercado privado e expansão do mercado internacional

Ainda em consonância ao seu propósito, o Serpro atende também empresas com serviços de inteligência e soluções que avançam negócios digitais, resultando em benefícios para a sociedade, além de qualificar as relações do mercado com o Estado na prestação de serviços que acelerem o desenvolvimento do país.

Os esforços para ampliação da carteira de clientes privados em 2024 resultaram em crescimento de 32% em relação a 2023. A receita operacional líquida junto a esses clientes em 2023 foi superada em 20%.
No mercado internacional, a Empresa tem a oportunidade tanto de comercializar suas soluções quanto de conhecer novas regras de negócios e aprender a partir da troca de experiências com as comitivas de outros países que vêm ao Serpro conhecer sua atuação.

Essas nações reconhecem seu valor e seus diferenciais por lidar com grandes volumes de informações e relevantes bases de dados de Governo, por ter experiência em sistemas estruturantes de muitos e variados domínios de negócios, e por desenvolver soluções de autenticação e reconhecimento de cidadãos que possibilitam prestar serviços públicos a quem realmente se destinam. Isso sem esquecer que o Serpro promove a transformação digital com compromisso e cuidado com a segurança da informação e em conformidade com a privacidade e proteção de dados pessoais.

Ainda em 2024, verificou-se a ampliação do consumo das soluções da linha de negócio Informação e Análise pelos principais clientes internacionais. As exigências do mercado de jogos eletrônicos e novas funcionalidades das soluções foram destaques para um aumento de 141,9% no faturamento das soluções comparado com o ano de 2023, atingindo o patamar de R\$ 10,1 milhões. A Empresa encerrou o exercício com 106 clientes em 41 países, somando 286 contratos. Em resumo, a Empresa apresenta uma abordagem diversificada e inovadora em seus serviços, com uma clara orientação para a transformação digital e a sustentabilidade, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas e a produção de resultados organizacionais em diversos setores.

Interação com o ambiente externo

Em 2024, o Serpro enfrentou um cenário externo desafiador e o entendimento do ambiente é o ponto de partida essencial para a elaboração da Estratégia da Empresa, envolvendo a análise de informações relevantes para as partes interessadas com as quais o Serpro se relaciona, além de proporcionar uma visão concisa e abrangente do contexto em que está inserido.

Durante a formulação da Estratégia, o Serpro realiza a análise SWOT e obtém informações por meio de diversas fontes: pesquisas em estudos, artigos e tendências; participação em palestras conduzidas por especialistas externos; entrevistas realizadas com os principais clientes; engajamento dos colaboradores por meio de pesquisas internas; avaliação dos concorrentes mais relevantes; e levantamento das diretrizes governamentais e estratégias de mercado.

Em sua análise do ambiente externo, o Serpro considera todos os elementos que influenciam o negócio, seja de maneira positiva ou negativa, incluindo fatores como: situação política, considerações econômicas, aspectos sociais, mudanças culturais, condições ambientais, fenômenos climáticos, evoluções legais e avanços tecnológicos. Essa análise proporciona uma compreensão abrangente das ameaças e oportunidades que podem impactar a Empresa.

Cenário macroeconômico

Os últimos anos têm apresentado desafios significativos no cenário macroeconômico global, influenciados por fatores como as tensões geopolíticas entre Rússia e Ucrânia, o conflito entre Israel e o Hamas, além das políticas monetárias adotadas pelos Estados Unidos e China.

Segundo dados do Banco Mundial, a expectativa para 2024 era que, pela primeira vez em três anos, a economia global se estabilizasse, embora num nível considerado baixo com base em padrões históricos recentes. As previsões indicavam que as políticas monetárias e condições de crédito restritivas e os baixos níveis de comércio e investimento globais impactariam o crescimento. O recente conflito no Oriente Médio aumentou os riscos geopolíticos. Entre os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a limitação do espaço fiscal destaca a necessidade de melhor dos gastos.

No Brasil não é diferente, com desafios decorrentes de fatores internos e externos que influenciam diretamente o desenvolvimento econômico do país. A gestão da inflação é uma pauta constante do Banco Central do Brasil para equilibrar a necessidade de crescimento econômico e de contenção das pressões inflacionárias.

Para 2024, o Governo Federal estima crescimento na economia nacional, além da inflação que foi de 4,83%, ultrapassando o teto da meta, considerando o intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para cima ou para baixo da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Pelos indicadores projetados, estimava-se um cenário fiscal com restrições no orçamento dos principais clientes do Serpro, que são unidades do Governo dependentes dos recursos do OGU.

Um aspecto positivo neste cenário é o crescimento nas receitas provenientes de clientes privados e públicos não dependentes do OGU.

O Serpro mantém-se atento ao cenário econômico e atua tempestivamente para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional, por meio de medidas responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade, minimização dos potenciais impactos financeiros, além da diversificação da sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado nacional e internacional.

Os desafios digitais, inovação e parcerias

Diante da rápida evolução da economia digital, o Serpro enfrenta vários desafios. De um lado, ampliar sua capacidade de inovação para atender às demandas do setor público em um cenário de alta competitividade com a iniciativa privada e as *big techs*. De outro, alinhar-se às políticas de controle fiscal e diretrizes do Ministério da Fazenda para fortalecer o desempenho do Estado brasileiro.

Como empresa nacional de inteligência em Governo Digital, o Serpro fundamenta-se em um modelo sustentável de longo prazo e volta sua atenção para a governança orientada por dados, a responsabilidade na segurança e proteção de dados, as parcerias estratégicas e a valorização de talentos.

A Estatal tem se destacado pela inovação e consolidado avanços significativos em seus serviços. No entanto, em um mundo cada vez mais digital e interconectado, é essencial acelerar esse processo estabelecendo relações nacionais e internacionais que assegurem acesso ao estado da arte em pesquisa e desenvolvimento. Intensificando sua transição para tecnologias de ponta, o Serpro busca fortalecer parcerias estratégicas com órgãos de governo, empresas privadas, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), Academia e organizações internacionais.

Na interação com o ambiente externo, a atenção aos clientes e cidadãos é um cuidado permanente para que o Serpro realize suas finalidades, sendo um fator fundamental para o sucesso.

Felicidade do Cliente

Desde 2023, o Serpro empreende esforços na busca de novos conhecimentos e estratégias para estreitar e fortalecer o relacionamento com os clientes, entregando a eles não apenas as melhores e mais inovadoras soluções tecnológicas, mas o sucesso no uso e experiências em todos os pontos de contatos do cliente com a marca.

Investir na criação, no desenvolvimento e na venda de produtos ou serviços é necessário. Mas tão ou mais importante que isso é engajar o cliente ao produto e torná-lo um promotor da marca. Tanto a qualidade do produto como a experiência no relacionamento com os clientes precisam ser vistas de forma conjunta, porque têm um grande peso na decisão do cliente ser um promotor da marca Serpro.

Exemplo disso foi a realização do Webinar Radar, parceria da área de Felicidade do Cliente com a de Gestão de Produtos do Radar. O evento apresentou as novidades do sistema de gestão de infrações de trânsito e as melhorias no suporte e atendimento. Estiveram presentes mais de 100 clientes de órgãos autôdores de Norte a Sul do país.

Na ocasião, foram coletadas mais de 50 sugestões, desde melhorias no módulo de processos até emissão de relatórios gerenciais e de arrecadação pelo sistema. Além disso, foi possível saber quais inovações os clientes gostariam que recebessem maior prioridade e quais temas sugeriam para os próximos eventos.

O ano de 2024 trouxe, ainda, o desafio de lidar com adversidades ambientais.

Um olhar de sustentabilidade para o Rio Grande do Sul

Entre o fim de abril e o mês de maio de 2024, o Rio Grande do Sul (RS) viveu a maior catástrofe climática de sua história.

Chuvas intensas caíram sobre várias cidades gaúchas e, em poucos dias, concentraram um alto volume de água na região, superando as médias de precipitação antes observadas. As chuvas também elevaram os níveis de córregos, riachos e grandes rios por todo o estado, provocando inundações em extensões cada vez maiores.

Com essas enchentes, o país constatou como a sociedade e o meio ambiente estão interligados. Mais uma vez as organizações foram chamadas a assumir responsabilidades com os aspectos ESG.

Neste cenário de adversidades, o Serpro foi desafiado a lançar um olhar de sustentabilidade para o RS. A Estatal, cumprindo sua finalidade pública, mobilizou esforços para apoiar as pessoas impactadas, em especial seus empregados e colaboradores, e aplicar seu conhecimento e capacidade em tecnologia para dar continuidade à prestação de serviços públicos e contribuir com outros órgãos afetados.

O próprio Serpro teve as instalações de sua regional na capital gaúcha inundadas e, em junho, instituiu o Comitê Operacional para Reativação da Regional Porto Alegre, uma instância colegiada temporária que se reporta ao Diretor-Presidente, com o objetivo de realizar estudos e implementar medidas para que as instalações voltem a operar.

As ações prioritárias para a reativação dos serviços essenciais, incluindo o sistema elétrico, climatização, geradores de energia e elevadores, estão em andamento e têm previsão de conclusão no início de 2025, o que permitirá o retorno gradual das operações, ficando outras recuperações pontuais para momentos posteriores. Já foram executadas despesas na ordem de R\$ 500 mil, de um total previsto superior a R\$ 3,4 milhões.

Na atuação do Serpro durante a crise no RS, destaca-se o reforço de seu compromisso com a sustentabilidade, evidenciado por ações estratégicas e eficazes nos três pilares ESG:

Ambiental: a Empresa demonstrou sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas, implementando medidas para mitigar os impactos ambientais e buscando soluções sustentáveis diante dos desafios enfrentados, alinhando-se com as práticas que visam a preservação do meio ambiente.

Social: o apoio contínuo aos colaboradores, garantindo seu bem-estar e segurança, foi prioridade máxima. Foram tomadas medidas para incentivar o trabalho voluntário e arrecadar doações. Houve antecipação do pagamento de valores para auxiliar os empregados, flexibilização na utilização de benefícios e ações voltadas à saúde física e mental. Além disso, a Estatal assegurou a continuidade dos serviços públicos essenciais, contando com a solidariedade e o senso de responsabilidade de seus empregados lotados no RS e em outras regionais, de maneira a contribuir diretamente para o atendimento às necessidades da população, especialmente nesse momento de dificuldade.

Governança: a resposta rápida e estruturada foi fundamental para a gestão eficaz da crise. A Empresa se destacou ao garantir a segurança e a resiliência de suas operações, demonstrando uma governança sólida e transparente, capaz de tomar decisões oportunas e eficazes para minimizar os impactos da calamidade, sempre em favor dos empregados, clientes, fornecedores e órgãos parceiros atingidos.

Por meio de esforços coordenados, parcerias estratégicas e a dedicação inscansável de suas equipes, o Serpro não apenas superou os desafios impostos pela crise, mas também se consolidou como um exemplo de resiliência organizacional. Sua gestão de crises reflete excelência e compromisso com as melhores práticas, posicionando-o como líder na adaptação às adversidades e na garantia de serviços essenciais à sociedade. Essa atuação reafirma a importância da integração entre os pilares ESG na construção de uma Organização robusta, responsável e preparada para os desafios do futuro.

Estratégia, Desempenho e Governança

Estratégia Institucional e seu desdobramento

O Serpro define sua Estratégia de longo prazo para um horizonte de cinco anos com base em um conjunto de direcionamentos e prioridades de negócio e de tecnologia, de curto, médio e longo prazo, e na análise de ambiente no qual a Empresa está inserida.

Em 2024, a Arquitetura da Estratégia contemplou os componentes estratégicos (Propósito, Visão e Valores, mencionados anteriormente na seção "O Serpro"), a partir dos quais foram elaborados o Plano Estratégico e os planos viabilizadores – Plano de Negócio, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e Plano de Inovação e Parceria (PIP).

Com a metodologia de Objetivos e Resultados Chave (do inglês *Objectives and Key Results – OKR*) foram definidos os objetivos inspiracionais, desafiadores e qualitativos que a Empresa almeja alcançar. A Estratégia Institucional 2024-2028 destacou transformações para:

- o setor público:
 - presença nos estados e municípios;
 - relações institucionais;
 - valorização das pessoas;
 - Governo Digital;
 - parceiro do Estado;
 - sustentabilidade econômico-financeira;

¹² <https://bja.serpro.gov.br/nuvem-de-governo>.

- a sociedade:
 - inclusão digital;
 - foco no cliente;
 - compromisso com ESG (ambiental, social e governança);
- o ecossistema de Tecnologia brasileiro:
 - Nuvem de Governo;
 - Inteligência Artificial;
 - foco na inovação; e
 - soluções inteligentes.

Assim, o Plano Estratégico 2024 definiu sete objetivos e seu desdobramento resultou num Plano de Negócio com cinco objetivos, num PDTIC com cinco objetivos e num PIP com quatro objetivos.

Quadro 2: Estratégia Institucional – Ciclo 2024-2028

PLANO ESTRATÉGICO
OE1 - Fortalecer o Serpro como empresa estratégica para as esferas de governo
OE2 - Engajar e desenvolver pessoas para impulsionar a estratégia empresarial
OE3 - Garantir a sustentabilidade econômico-financeira
OE4 - Potencializar a carteira de clientes e portfólio de soluções
OE5 - Ser referência em nuvem de governo, infraestrutura de dados e inteligência artificial
OE6 - Prover plataformas de negócio que impulsionem a transformação digital do Estado
OE7 - Impulsionar práticas ESG na atuação do Serpro
PLANO DE NEGÓCIO
ON1 - Fortalecer a atuação do Serpro junto aos estados e municípios
ON2 - Expandir a adoção da plataforma de Nuvem
ON3 - Fortalecer o Serpro como principal parceiro de governo para soluções estruturantes
ON4 - Desenvolver ecossistema de parceria de negócios para ampliar oferta de serviços para o mercado de governo (cadeia produtiva)
ON5 - Potencializar a atuação do Serpro no mercado não OGU
PDTIC
OT11 - Modernizar e otimizar infraestruturas críticas e arquiteturas de soluções de TI, garantindo ambientes mais resilientes e sustentáveis
OT12 - Expandir o uso de IA generativa e plataformas para impulsionar a produtividade e eficiência
OT13 - Viabilizar as plataformas tecnológicas para a nuvem de governo
OT14 - Melhorar a experiência dos clientes pela integração e automação da plataforma de negócio
OT15 - Prover infraestrutura de dados integrada e padronizada para ecossistema de negócio
PIP
O11 - Ampliar a participação do Serpro no ecossistema de PDI
O12 - Expandir a cultura de inovação para toda a empresa
O13 - Promover parcerias para inclusão sociodigital
O14 - Inovar para otimizar processos e habilitar negócios

Fonte: Serpro (2024).

Para acompanhar o progresso em direção a esses objetivos, foram estabelecidos indicadores quantitativos e mensuráveis, conhecidos como Resultados Chave (do inglês *Key Results* – KRIs). Adicionalmente, a implantação de um monitoramento integrado buscou um olhar transversal entre os planos e acompanhou os indicadores em conjunto, verificando possíveis impactos que poderiam causar entre si, o que possibilitou muito mais valor para a tomada de decisão e uma eventual correção de rumo.

Dessa maneira, o desempenho dos quatro planos em 2024 pode ser assim resumido:

De 19 KRIs Estratégicos, 13 (68%) foram alcançados, com destaque para:

- Utilização de IA em processos de trabalho para aprimorar a Cadeia de Valor da Empresa;
- Superação das metas de receita operacional líquida, inclusive junto a clientes não OGU, em canais digitais de vendas e com soluções e produtos de identificação e biometria; e
- Aplicação da acessibilidade *by design* em 100% das novas soluções com *front-end web*.

De 11 KRIs de Negócios, 9 (82%) foram alcançados, com destaque para:

- Expansão da adoção da plataforma de nuvem, com superação da meta de receita operacional líquida com o Serpro Multicloud;
- Superação da meta de entrega de pontos de função para sistemas sob medida de clientes estratégicos; e
- Superação da meta de receita operacional líquida do mercado privado e cobertura de marketing do portfólio de negócio digital.

De 15 KRIs de TI, 9 (60%) foram alcançados, com destaque para:

- Migração de soluções de plataforma alta para plataforma baixa e nuvem e adoção de arquiteturas resilientes para soluções e infraestruturas críticas;
- Formação de empregados em plataformas de IA; e
- Atendimento automatizado de acionamentos dos clientes e implantação de canais de atendimento integrados à plataforma de negócio.

De 10 KRIs de Inovação, 8 (80%) foram alcançados, com destaque para:

- Alcance de R\$ 3,99 milhões de retorno com a Lei do Bem;
- Viabilização de eventos e realização de parcerias com instituições com foco em inclusão sociodigital; e
- Realização de experimentos em IA generativa.

O Serpro recebe direcionamentos institucionais de seu Ministério Supervisor e considerando o Planejamento Estratégico e a perspectiva de atendimento aos clientes estratégicos do Governo, adota práticas destinadas a assegurar a perenidade e sustentação de seus negócios por meio da evolução de seu parque tecnológico e demais tecnologias empregadas. Essas práticas visam garantir que seu propósito seja cumprido de maneira consistente e eficaz. Isso inclui a implementação de estratégias de gestão de tecnologia, atualizações regulares e investimentos em inovação, segurança e modernização de suas infraestruturas tecnológicas.

Ressalta-se, ainda, que o PDTIC é um importante instrumento de orientação para as contratações de tecnologia, pois busca garantir que os investimentos propostos e a alocação de recursos estejam em conformidade com as prioridades estratégicas da Empresa.

As aquisições e contratações de TIC são um dos alicerces para a eficiência da execução da grande maioria dos processos do Serpro, tendo um papel fundamental no alcance das metas, nas iniciativas de inovação, na segurança cibernética, na melhoria da eficiência operacional, na garantia dos níveis de serviço e principalmente na qualidade dos serviços ofertados à sociedade brasileira.

A criticidade do processo e o envolvimento de quantias vultosas de recursos demandam observância e cumprimento da legislação vigente, alinhamento com os objetivos estratégicos do Serpro e utilização das melhores práticas de gestão pública. O Quadro 3 apresenta os valores investidos em 2024:

Quadro 3: Investimentos em TIC – por segmento

Segmento	Valor realizado (R\$)
Armazenamento	60.976.418,64
Plataforma Alta	58.809.040,02
Segurança	43.261.869,87
Plataforma Baixa	31.582.234,57
Rede LAN	11.822.590,33
Facilities Centro de Dados	3.203.740,82
Rede Centro de Dados	2.350.957,18
Certificação Digital	2.319.270,94
Desenvolvimento	731.868,39
Outros	572.291,42
Total	R\$ 215.630.028,22

Fonte: Sistema Histórico de Aquisições – HisAq e ERP Web Manager (2024).

A constante vigilância sobre o indicador de obsolescência dos equipamentos de TI do Serpro é um ponto de atenção relevante, cuja importância não deve ser subestimada. A trajetória de redução desse indicador, que em 2020 atingiu 39,4%, vem apresentando resultados consistentes, fruto dos investimentos substanciais realizados nos últimos anos.

A obsolescência dos ativos do Serpro está sob controle, com o índice reduzido para 4,2%. Entretanto, é crucial destacar que, na ausência de novas ações e investimentos, o indicador pode chegar a 10% até o final de 2025. Diante disso, torna-se imperativa uma avaliação contínua e estratégica das necessidades de novos investimentos para mitigar esse risco e garantir a manutenção dos níveis de serviço.

Governança integrada para apoiar o alcance de objetivos

O Serpro observa as determinações legais sobre Governança das empresas estatais, as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), as diretrizes de Governo e as melhores práticas de mercado recomendadas pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pelo Referencial Básico de Governança Aplicável à Administração Pública do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Empresa adota mecanismos de Governança visando a consecução das políticas públicas, a prestação de serviços de interesse da sociedade com geração de valor público¹³, além do fortalecimento da confiança das partes interessadas e da imagem institucional.

O Modelo de Governança e Gestão Corporativas¹⁴, define as funções exercidas pela governança e pela gestão e seu inter-relacionamento, sendo composto pela Estrutura e Arquitetura de Governança e Gestão. Os princípios direcionadores de Governança são a integridade, a equidade, a prestação de contas, a sustentabilidade e a transparência.

O Serpro afere periodicamente seu nível de Maturidade em Governança e Gestão¹⁵, num compromisso em instituir e manter mecanismos, práticas e instrumentos que favoreçam sua evolução no tempo.

Adicionalmente, são empreendidos esforços de fortalecimento da Cultura de Governança, Riscos, Conformidade, Correlação e Integridade (GRCI) para disseminar a importância desses temas e sensibilizar as unidades organizacionais sobre sua responsabilidade com tais aspectos.

As instâncias de governança internas e de apoio são consideradas necessárias, suficientes e apropriadas ao desempenho eficaz de suas funções. As práticas adotadas e os instrumentos elaborados para promoção da Governança no Serpro fortalecem todo o sistema organizacional, permitindo a conexão entre as instâncias e as partes interessadas, a atuação transversal com as temáticas social e ambiental, e o fluxo adequado para que a gestão seja efetiva e o desempenho empresarial seja favorável.

Desde a entrada em vigor da Lei das Estatais, o Serpro mantém conformidade com as políticas e instâncias de governança previstas nas regulações aplicáveis e no Estatuto Social e se empenha em aprimorar continuamente os elevados padrões de governança, o que lhe conferiu sucessivos reconhecimentos em avaliações do Governo e do mercado.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Para o Serpro, gestão de riscos é uma prática de governança essencial para garantir a segurança, a continuidade dos serviços e a proteção dos dados que o Serpro administra, principalmente considerando seu papel fundamental no setor público e sua responsabilidade sobre sistemas e informações sensíveis do Governo.

As principais diretrizes que nortearam a gestão de riscos e controles internos em 2024 foram: a gestão preventiva e proativa, a integração com o Planejamento Estratégico, a integração com as áreas estratégicas da Empresa, o tratamento e monitoramento dos riscos críticos, e a gestão dinâmica e iterativa.

O Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos executado em 2024 concentrou-se na gestão de riscos por tipologia, na gestão de riscos positivos (compreendidos como oportunidades), na utilização da matriz de riscos negativos por nível e na vinculação de riscos aos objetivos ESG.

Compliance Institucional

O Compliance Institucional no Serpro está inserido no escopo da Cultura de GRCI e tem como pilares:

- a gestão da Integridade Institucional, que se dá por meio da adoção de um conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade voltados à prevenção, à detecção e à punição e remediação de irregularidades, fraudes, corrupção e desvios

13 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas>.

14 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/modelo-de-governanca>.

15 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/maturidade-em-governanca>.

éticos, assim como ao fomento e à manutenção de uma cultura de integridade no ambiente corporativo; e

- a gestão da Conformidade Institucional, que visa assegurar que as atividades empresariais sejam desenvolvidas e executadas em conformidade com as expectativas legais, normativas, regulatórias e estatutárias.

Em 2024, a Integridade atuou com foco na consolidação do processo de *Due Diligence* de Integridade (DDI) e na revisão do processo de Transação com Partes Relacionadas. Por outro lado, a Conformidade concentrou-se na atualização da Política de Conformidade Institucional, na busca por fortalecer a aderência do Serpro às legislações e normas internas, assim como fomentar e manter a cultura da conformidade para o alcance dos objetivos empresariais.

Correição

A Corregedoria do Serpro desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente de integridade na administração pública. Seu principal objetivo é prevenir, educar e, quando necessário, investigar, apurar e identificar infrações funcionais e atos ilícitos praticados por agentes públicos. Inserida em um contexto de Integridade, conforme definido pela ONU, a Corregedoria pauta suas ações pela adesão a valores, princípios e ética que priorizam o interesse público em detrimento do privado.

Em 2024, a Corregedoria foi consolidada, com reconhecimento pela eficiência, transparência, imparcialidade, independência e autonomia das áreas envolvidas, incluindo o apoio dos Agentes de GRCI, contribuindo na mudança e fortalecimento da cultura da Empresa. Uma proposta de reforma do Estatuto Social do Serpro que visa expressar formalmente as atribuições desta instância está em andamento.

Destaques das ações:

- realização de *webinars*, *workshops*, voltados ao combate ao assédio sexual e moral, abordando identificação, acolhimento e tratamento disciplinar;
- fortalecimento de cooperação técnica entre áreas da Empresa, contribuindo para uma concatenação de ações, em especial conjuntamente com a área de Pessoas; e
- divulgação de informações sobre assédio, processos da Corregedoria, resultados de processos correccionais e o Sistema de Correição do Poder Executivo (Siscor), por meio dos canais internos de comunicação.

Governança e Integridade fortalecidas

A Governança e a Integridade são fortalecidas, ainda, pela atuação da Comissão de Ética do Serpro (CES) e da Ouvidoria.

A CES funciona como instância consultiva dos empregados, agentes públicos e dirigentes, respondendo as dúvidas quanto à interpretação dos dispositivos previstos no regimento ético. Suas ações, alinhadas aos objetivos estratégicos, visam promover relações de trabalho mais saudáveis, favorecendo o estabelecimento de relacionamentos interpessoais focados no respeito e no comprometimento de cada empregado.

Em 2024, a Comissão de Ética do Serpro (CES) completou 20 anos de instituição, refletindo o compromisso da Empresa com a integridade, ética e transparência, além de conquistar, pelo segundo ano consecutivo, o nível 10 de maturidade no índice medido pela Comissão de Ética Pública. A CES realizou 23 reuniões ordinárias e 19 ações educacionais, bem como respondeu a 53 consultas e 72 análises de conflito de interesses. Duas denúncias recebidas foram finalizadas e três estão em apuração.

Com igual importância, a Ouvidoria do Serpro promove a participação, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários dos serviços da Empresa. Como instância de Integridade, é canal de atendimento à sociedade e responsável pelo Canal de Denúncia, que gerencia o recebimento e tratamento de denúncia de irregularidades.

A instância acompanha propostas de aperfeiçoamento na prestação de serviços e processos, e zela pela transparência da Empresa, por meio do Portal da Transparência e Governança do Serpro, premiado com o Selo Ouro no Levantamento Nacional de Transparência Pública 2024, realizado pelo TCU.

Destaques de Ações e Resultados

Melhorias na Infraestrutura de Internet e Redes SDN para atender à Nuvem de Governo

Em 2024, o Serpro implementou significativas melhorias na infraestrutura de internet e redes definidas por *software* (SDN) para viabilizar a Nuvem de Governo. Essas ações visaram aprimorar a conectividade, a baixa latência e a escalabilidade dos serviços ofertados aos órgãos públicos, garantindo que a infraestrutura atenda aos requisitos de performance e confiabilidade esperados para operações críticas.

A modernização incluiu a expansão da capacidade de banda, aumento da resiliência e a otimização dos circuitos Internet para suportar e implementar as *Stacks* de Nuvens Parceiras, bem como toda a Nuvem de Governo. Além disso, foram adotadas soluções avançadas de SDN, permitindo um gerenciamento centralizado e flexível das redes, facilitando a rápida provisão e configuração de serviços de rede conforme as demandas dos projetos na nuvem governamental.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do Serpro em oferecer uma infraestrutura robusta e moderna, capaz de atender às necessidades estratégicas do Governo brasileiro, garantindo soberania, segurança e inovação tecnológica.

Projeto Estratégico RTB – Reforma Tributária Brasileira

Promulgada em dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132 promove significativa mudança no Sistema Tributário Nacional, com os objetivos de fazer a economia brasileira crescer de forma sustentável, gerando emprego e renda; tornar o sistema tributário mais justo, reduzindo as desigualdades sociais e regionais; e reduzir a complexidade da tributação, assegurando transparência e provendo maior cidadania fiscal.

Dispondo de uma infraestrutura robusta e experiência acumulada na área tributária, o Serpro vem trabalhando com a Receita Federal do Brasil (RFB) e lado a lado com diversos atores para desenvolver uma plataforma inovadora e eficiente que será o centro da gestão tributária do país, facilitando processos, aumentando a transparência e otimizando os recursos para acelerar a implantação de um sistema tributário mais eficiente e equitativo para todos os brasileiros.

O Projeto Estratégico RTB – Reforma Tributária Brasileira foi criado no final de 2023 e vinculado diretamente à Estratégia Institucional 2024-2028, para contribuir com o objetivo "OE1 – Fortalecer o Serpro como empresa estratégica para as esferas de governo". Em 2024, promoveu os seguintes avanços:

- Realização da reunião unificada da Reforma Tributária, que contou com participação da RFB, autoridades do governo federal, dos estados e municípios, além de representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrast) e do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat);
- Formalização de um Protocolo de Intenções com a Associação Nacional das Cidades Inteligentes, Tecnológicas e Inovadoras (Anciti) para estabelecimento de um Acordo de Cooperação Técnica visando a integração da Plataforma da Reforma Tributária; e
- Realização de quatro Ondas de Descoberta para o Desenvolvimento Tecnológico da Reforma Tributária, em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e Recife.

Em agosto de 2024, o Serpro fez a primeira entrega da Plataforma de Eventos da Reforma Tributária do Consumo (RTC) à Coordenação de Tecnologia da RFB. Considerada a espinha dorsal do ecossistema da Reforma Tributária Brasileira, a solução permite que os módulos tenham independência em seus processos e possam ser executados até mesmo em ambientes distintos, garantindo a distribuição de processamento e permitindo escalar ao nível de serviço desejado de até 29.000 transações por segundo e 240 bilhões de transações por ano.

O Projeto terá continuidade em 2025, mantendo a cadência de entregas e tem a implantação em produção da Plataforma da Reforma Tributária prevista para 2026.

Projeto Estratégico Ser ESG

O projeto, instituído em 2023, teve continuidade em 2024 alinhado diretamente à Estratégia Institucional 2024-2028, com o "OE7 – Impulsionar Práticas ESG na atuação do Serpro".

Um de seus objetivos era obter a verificação ABNT nível 3 até dezembro de 2024, entretanto, foi reprogramado para 2025, devido à não priorização da contratação de consultoria especializada em gestão e governança, conforme os conceitos ESG da norma ABNT PR 2030. A perspectiva de alcançar o nível 5 até 2030 está mantida.

Importantes entregas de 2024 foram:

- elaboração e publicação de inventário de emissões de gases do efeito estufa, com obtenção do Selo Prata GHG Protocol;
- assinatura do Termo de Compromisso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Ministério das Mulheres;
- criação do Comitê de Mudanças Climáticas e do Comitê de Inteligência Artificial; e
- criação do Programa Empodera para lideranças femininas.

Outro destaque foi a obtenção da certificação *Great Place to Work* (GPTW), um reconhecimento concedido a empresas que oferecem um excelente ambiente de trabalho, com uma cultura organizacional forte e positiva. Assim, foi aplicada a pesquisa de clima organizacional pela GPTW que apresentou bons resultados, ocasionando a conquista da certificação.

Como parte das ações que visam tornar o Serpro uma empresa ainda melhor, a GPTW encaminha relatórios que subsidiarão um plano de ação para atender às expectativas dos empregados e colaboradores e fortalecer a cultura empresarial.

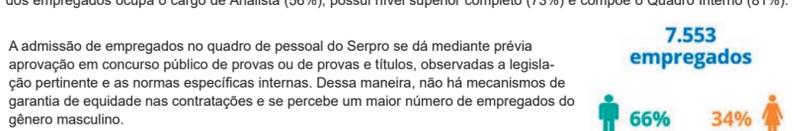
Gestão de Pessoas

Interagir bem com os seus públicos, inclusive o interno, é essencial para o Serpro. O respeito e o investimento nas pessoas é o que permite à Empresa avançar na direção de seu propósito e alcançar resultados que trazem benefícios relevantes ao Estado e à sociedade.

Para que o Serpro mantenha o atendimento aos princípios e pressupostos de defesa aos direitos humanos do seu corpo profissional, é fundamental investir continuamente no aperfeiçoamento das práticas de gestão e de desenvolvimento de pessoas, no sentido de atender às necessidades dos profissionais, das equipes, das lideranças e do Serpro, como Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação.

Perfil e distribuição do quadro profissional

O Serpro encerrou 2024 com 7.553 empregados¹⁶, um aumento de cerca de 8,18% em relação ao ano anterior. A maioria dos empregados ocupa o cargo de Analista (56%), possui nível superior completo (73%) e compõe o Quadro Interno (81%).



A admissão de empregados no quadro de pessoal do Serpro se dá mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a legislação pertinente e as normas específicas internas. Dessa maneira, não há mecanismos de garantia de equidade nas contratações e se percebe um maior número de empregados do gênero masculino.

Quadro 4: Distribuição dos empregados por raça/cor

Raça/cor	Quantidade	Percentual
Branca	4.885	64,68%
Parda e Preta	2.472	32,73%
Amarela	170	2,25%
Indígena	26	0,34%
Total	7.553	100%

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoas (SGP) (2024).

Quadro 5: Distribuição dos empregados por faixa etária

Faixa etária	Quantidade	Percentual
25 - 34 anos	322	4,26%
35 - 44 anos	760	10,06%
45 - 54 anos	2.453	32,48%
55 - 64 anos	1.292	17,11%
65 - 74 anos	2.351	31,13%
75 - 84 anos	375	4,96%
Total	7.553	100%

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoas (SGP) (2024).

Na sequência, informações de relevância em 2024 sobre gestão e desenvolvimento de pessoas.

O cuidado com Diretos Humanos

O Serpro assume e declara seu compromisso com a responsabilidade de respeitar os direitos humanos, internacionalmente reconhecidos, entendidos, minimamente, como aqueles expressos na Carta Internacional de Direitos Humanos e os princípios de direitos fundamentais estabelecidos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Declara, ainda, que a comunicação, tanto interna quanto externa sobre o tema, está sendo tratada para que seja mais efetiva na disseminação desse compromisso a todo o quadro de pessoal, parceiros comerciais e outras partes interessadas.

Com atuação ativa e educação, a Empresa expressa o desejo de colaborar com a missão do Estado de proteger direitos humanos e atender às necessidades da sociedade. No início de 2024, foram apresentados os resultados de uma consultoria

16 Não foram incluídos os Diretores e os Assessores de natureza especial.

em direitos humanos contratada no fim de 2023. Uma empresa especialista avaliou o nível de maturidade da integração do tema na gestão do Serpro e foram registradas recomendações para apoiar a elaboração de um plano de ações de melhoria.

O Gabinete Institucional realizou análise do que foi encontrado, estruturou as recomendações para aprimoramentos e instituiu um cronograma de implementação do plano de ação. Um grupo de trabalho transversal da Empresa validou as ações e o cronograma e, desde então, as atividades estão sendo desenvolvidas pelas áreas responsáveis por cada assunto, melhorando a maturidade corporativa em relação ao tema.

Importante destacar que, no fim de 2024, foi aprovada a Política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão, com o objetivo de estabelecer diretrizes para que a atuação do Serpro seja pautada pelo respeito aos Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão, no desenvolvimento de suas atividades, em parcerias e em sua cadeia produtiva, durante todo o ciclo de vida de seus processos. Com esse instrumento formalmente estabelecido, a Estatal declara que não tolera qualquer forma de desrespeito a esses temas.

Equidade de gênero

O desafio de atingir a paridade de gênero no corpo gerencial até 2025 teve continuidade. A meta para 2024 foi estabelecida em 35% e o resultado obtido foi de aproximadamente 34%. Do total de 958 funções gerenciais, 325 são ocupadas por mulheres.

Saúde, Bem-estar e Segurança no trabalho

O Serpro atua fortemente para manutenção da saúde, bem-estar e segurança de seus profissionais, extrapolando determinações legais e regulamentares.

Em 2024, visando a implantação do programa de saúde e bem-estar, ocorreram a contratação de serviços de bem-estar físico e a especificação para a contratação de serviços contínuos de saúde mental (voltados a ações educacionais; mapeamento da saúde mental; atendimento, intervenção e acompanhamento psicológico e psiquiátrico de casos clínicos e emergenciais em primeiros socorros de saúde mental; além de gerenciamento de casos críticos).

Adicionalmente, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat) foi realizada em nível nacional de forma presencial e remota, com palestras e gamificação sobre o tema "Diversidade e Inclusão – Todos Juntos por um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável".

E ainda, em razão da importância dada ao seu corpo profissional, a Empresa oferece o Plano de Assistência à Saúde (PAS/ Serpro), um benefício que visa assegurar a assistência à saúde e o bem-estar físico, social e mental dos beneficiários, que teve como destaque a renovação do convênio de reciprocidade com a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI), com vistas a assegurar a assistência à saúde aos beneficiários do Serpro em todo o território nacional, além da consolidação do Programa de Atenção Domiciliar.

Gestão do Desempenho dos Empregados

Os planos de carreiras, a Política de Gestão de Pessoas e a Política de Educação estabelecem premissas, regras e procedimentos para progresso funcional, desenvolvimento profissional e remuneração de todos os empregados do Serpro, com o compromisso de ofertar oportunidades igualitárias de acesso e ascensão, sem distinção da situação familiar, gênero, idade e raça/cor.

Em 2024, o Serpro implantou o Processo de Identificação e Desenvolvimento da Maturidade Profissional (Prisma), ferramenta que reforça o Modelo Integrado de Gestão de Pessoas por Competências e tem foco na promoção do crescimento individual e coletivo alinhado à Estratégia.

Consoante ao Modelo Integrado de Gestão de Pessoas por Competências e ao Prisma, o Serpro implantou o Programa de Desenvolvimento de Competências Estratégicas (PDCE), que objetiva proporcionar capacitações para todas as competências definidas como estratégicas em cada um dos eixos de carreira.

Com o novo modelo, a Estatal amplia o acesso e proporciona que cada empregado seja protagonista do seu desenvolvimento.

Educação Corporativa

O Serpro investiu em educação corporativa em 2024 com o objetivo de promover o desenvolvimento dos empregados e o crescimento da Empresa, alinhado à Estratégia Institucional. Assim, a área responsável pelo tema empreendeu esforços para contribuir com o Objetivo Estratégico "OE2 – Engajar e desenvolver pessoas para impulsionar a estratégia empresarial".

Foram realizadas mais de 200 mil horas de capacitação, com mais de 40 mil aprovações em cursos, por meio de vários programas, projetos e iniciativas. Cerca de um terço dos gestores do Serpro foram impactados por ações de apoio ao desenvolvimento de uma liderança inspiradora. Ações de fortalecimento de times, colaboração e cocriação foram realizadas para cerca de 460 pessoas. O programa de ambientação para novos empregados acolheu 830 novos empregados. O orçamento para treinamento em 2024 foi de aproximadamente R\$ 16,7 milhões, com uma redução de 20% em relação ao valor inicial aprovado.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A Superintendência de Controladoria do Serpro (SUPCO), vinculada à Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF), é responsável pela geração e análise do desempenho econômico, financeiro, tributário, orçamentário e de custos da Empresa. Também atua na gestão dos riscos dos processos e na adoção de mecanismos de controle para garantir a confiabilidade na coleta, mensuração, classificação, registro e divulgação de eventos e transações.

As demonstrações financeiras são elaboradas pela Diretoria Executiva, com apoio da área de Controladoria, com avaliação dos controles internos pela Auditoria Interna e com avaliação regular pelos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Independente. Essa estrutura reforça a transparência, credibilidade e segurança dos dados financeiros da Estatal.

Para assegurar um nível satisfatório e eficiente de controle, o Serpro adota práticas como segregação de funções, conciliação de contas e dupla conferência das atividades, o que permite rápida detecção e correção de eventuais divergências. A Auditoria Interna avalia continuamente a eficácia desses controles no processo de prestação de contas.

Segundo o Relatório dos Auditores Independentes (RAI), as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2024, bem como o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa encerrados nessa data, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conformidade Legal das Informações Financeiras

A gestão econômico-financeira do Serpro está integralmente em conformidade com as normas aplicáveis e a legislação vigente estabelecida para Empresas Públicas de Direito Privado qualificadas como empresas de grande porte.

A elaboração das demonstrações financeiras observou as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e seguiu a legislação, incluindo: Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016; Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; Lei nº 6.404/1976 e suas alterações; Estatuto Social vigente; Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT); normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente; e demais normativos aplicáveis.

A Taticca Auditores Independentes, desde o exercício 2022, é a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente ao Serpro, com contrato prorrogável até as demonstrações do exercício de 2026. Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Auditoria supervisiona as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Empresa.

As Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes podem ser encontrados na sua integralidade nos endereços:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-anuais>

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/demonstracoes-financeiras>

Providências adotadas em resposta à ação de controle realizada pelo TCU

O TCU realizou uma ação de controle, na forma de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), que abrangeu o conjunto de atos de gestão praticados por 20 estatais federais com vistas à compatibilização de suas normas, padrões e práticas internas à Lei nº 13.303/2016 e seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.945/2016).

Por meio do Acórdão 2764/2020-TCU-Plenário, o Serpro foi orientado a adotar providências saneadoras para o achado relativo ao "baixo grau de aperfeiçoamento de dispositivos organizacionais voltados para estimular a adequada discriminação e divulgação dos custos e receitas vinculados a condições distintas às aplicáveis às empresas privadas".

Em 2024, o TCU encaminhou o Acórdão 1480/2024-TCU-Plenário, que avaliou o acompanhamento das medidas adotadas. Restando a necessidade de providências adicionais, a Empresa foi orientada a implementá-las, reportá-las ao Tribunal e informá-las em seu relatório anual de gestão.

Em cumprimento à orientação, o Serpro passou a divulgar, a partir das notas explicativas do 3º trimestre de 2024, uma demonstração relativa às operações com seus clientes públicos, que representam aqueles que contratam o Serpro por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. De forma consolidada, a demonstração elaborada reflete os resultados, ou seja, a confrontação entre custos e receitas, vinculados a condições distintas às aplicáveis às empresas privadas.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2024, o Serpro registrou o maior lucro líquido da série histórica, alcançando R\$ 685,2 milhões. Esse resultado fortalece a perenidade da Empresa e a sustentabilidade econômico-financeira, impulsionado por medidas de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento da produtividade e mitigação de impactos financeiros adversos.

O Quadro 6 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros de 2024 em comparação com 2023, evidenciando avanços na maioria dos indicadores.

Quadro 6: Resultados econômico-financeiros – Comparativo 2024 x 2023

Indicadores		2024	2023	Variação 2024 x 2023
DRE	Lucro Líquido *	685,16	450,77	52,0%
	Receita Líquida *	3.925,71	3.215,02	22,1%
	Gasto Total *	3.314,55	2.834,62	16,9%
Desempenho	Margem Líquida [1]	17,45%	14,00%	+ 3,4 p.p.
	Margem EBITDA [2]	21,36%	17,74%	+ 3,62 p.p.
	Investimento / Receita Líquida [3]	5,80%	6,00%	- 0,2 p.p.
	Retorno Sobre Investimento (ROI) [4]	14,27%	9,37%	+ 4,90 p.p.
	Índice de Eficiência Operacional [5]	84,43%	88,17%	- 3,7 p.p.
	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido [6]	29,38%	22,80%	+ 6,6 p.p.
Balanco	Total de Ativos *	4.928,83	4.797,20	2,7%
	Caixa e Equivalentes de Caixa *	1.924,58	1.975,19	- 2,6%
	Patrimônio Líquido *	2.727,9	1.936,22	40,9%
	Total do Passivo *	2.200,90	2.860,98	- 23,1%
	Liquidez Corrente [7]	2,5	2,7	- 0,2 p.p.
	Liquidez Imediata [8]	1,56	1,94	- 0,38 p.p.
Pessoal	Quantidade de empregados **	6.159	5.458	+ 701
	Receita per capita	637,4	589,0	8,2%
	Gasto com pessoal *	2.257,90	2.001,81	12,8%
	Gasto com pessoal / Receita Líquida	57,50%	62,30%	- 4,7 p.p.

* Valores expressos em milhões de Reais.

** Considera o quadro interno e os Assessores de Natureza Especial.

Fonte: Serpro (2024).

[1] Margem Líquida: em 2024 foi registrado aumento de 3,4 p.p. em comparação ao exercício anterior. Esse indicador representa o lucro líquido da Empresa; ou seja, em 2024 o Serpro obteve 17,45% de lucro líquido para cada real de serviço prestado após a dedução de todos os gastos, inclusive os tributos vinculados a receita e ao resultado.

[2] Margem EBITDA: apresentou acréscimo de 3,62 p.p., saindo de 17,74% no exercício 2023 para 21,36% em 2024, refletindo

o aumento no lucro oriundo das atividades operacionais, que desconsidera elementos que são essencialmente financeiros, como a depreciação de ativos e o resultado financeiro.

[3] Investimento / Receita Líquida: reduziu em 0,2 p.p., de 6,0% em 2023 para 5,8% em 2024. Isso é reflexo do ritmo de crescimento maior da receita líquida (22,1%) frente à evolução do nível de investimento realizado (18,0%).

[4] Retorno sobre Investimento (ROI): aumento de 4,90 p.p., de 9,37% em 2023 para 14,27% em 2024. O acréscimo foi impulsionado pelo crescimento de 3,7 p.p. na margem operacional, reflexo do aumento de lucratividade operacional nesse exercício.

[5] Índice de Eficiência Operacional: redução de 3,7 p.p., de 88,17% em 2023 para 84,43% em 2024, decorrente do ritmo de crescimento da receita operacional líquida (+ 22,1%) superior ao observado nos gastos operacionais (+ 16,9%). Este indicador tem como interpretação "quanto menor, melhor".

[6] Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido: aumento de 6,6 p.p., de 22,80% em 2023 para 29,38% em 2024, em função do aumento do lucro líquido (+ 52,0%) ter sido maior que o apurado no patrimônio líquido (+ 40,9%).

[7] Liquidez Corrente: redução de 0,2 p.p., passando de 2,7 em 2023 para 2,5 em 2024, devido ao crescimento do passivo circulante em ritmo superior ao do ativo circulante. Enquanto o Ativo Circulante cresceu 12,3% no período analisado, o Passivo Circulante aumentou 20,7%, devido, sobretudo ao aumento do grupo "Fornecedores", o qual cresceu R\$ 107,1 milhões (+ 38,3%).

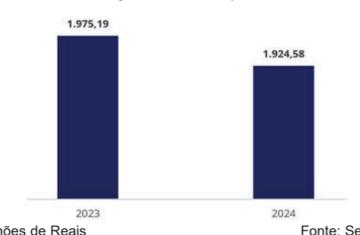
[8] Liquidez Imediata: redução de 0,38 p.p. de 1,94 em 2023 para 1,56 em 2024, reflexo da queda de 2,6% no Caixa e Equivalentes frente ao aumento de 20,7% no Passivo Circulante.

Execução Financeira

Do ponto de vista financeiro, o saldo de Caixa e Equivalentes reduziu 2,6% (- R\$ 50,6 milhões), saindo de R\$ 1.975,2 milhões em 2023 para R\$ 1.924,6 milhões em 2024. O principal motivo é a queda na performance de recebimento, que atingiu 80,6% das faturas emitidas em 2024, sendo 16,0 p.p. a menos que no período anterior.

No Gráfico 1, fica evidenciada a queda no caixa operacional em 2024 em comparação a 2023, com variação negativa de 60,8% (- R\$ 549,4 milhões), influenciada por: (i) recebimento de clientes 5,5% inferior (- R\$ 188,4 milhões); (ii) aumento de 7,97% no desembolso com pessoal e encargos (- R\$ 182,0 milhões). Em contrapartida, comparado a 2023, houve redução de 53,26% (- R\$ 161,3 milhões) nos dispêndios com investimento e menor pagamento de dividendos (- R\$ 223,0 milhões). Vale ressaltar que devido à estratégia empresarial de manutenção de caixa com índices acima da meta, a Empresa manteve uma posição financeira sólida, absorvendo a redução pelo caixa acumulado em anos anteriores.

Gráfico 1: Evolução de Caixa e Equivalentes de Caixa



A redução conjuntural do saldo de caixa, reflexo da inadimplência momentânea de clientes estratégicos não prejudicou o ciclo financeiro do Serpro, onde a manutenção da capacidade financeira é ratificada pelos Índices de liquidez corrente e imediata. A liquidez corrente atingiu 2,5 em 2024, demonstrando que os recursos de curto prazo são suficientes para cobrir todas as obrigações no mesmo período. Da mesma forma, a liquidez imediata, que alcançou 1,6, reforça a solidez da Empresa na gestão de suas disponibilidades de curtíssimo prazo, o que proporciona segurança para honrar as obrigações/desembolsos correntes.

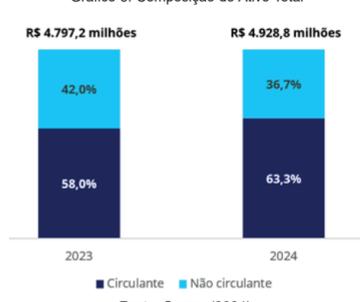
Gráfico 2: Demonstração do Fluxo de Caixa (por atividade)



Balanco Patrimonial

O Ativo Total da Empresa cresceu 2,7% (+ R\$ 131,6 milhões) em relação a 2023, passando de R\$ 4,79 bilhões para R\$ 4,93 bilhões. Com relação à composição do balanço patrimonial, temos:

Gráfico 3: Composição do Ativo Total



O Ativo Circulante aumentou 12,3% (+ R\$ 341,5 milhões) em relação a 2023, elevando sua participação de 58,0% para 63,3%, impulsionado principalmente pela expressiva alta de 46,6% (+ R\$ 373,5 milhões) em "Créditos a Receber".

O Ativo Não Circulante caiu 10,4% (- R\$ 209,9 milhões), reduzindo sua participação de 42,1% para 36,4% (menos 5,4 p.p.), principalmente pela retração de 66,4% em "Realizável a Longo Prazo" (- R\$ 170,3 milhões, redução de 15,8%).

Com relação ao Passivo Total, temos a seguinte composição:

Gráfico 4: Composição do Passivo Total



O Passivo Circulante cresceu 20,7% (+ R\$ 211,2 milhões), impulsionado por "Obrigações a Pagar" (+ R\$ 225,9 milhões), com destaque para o aumento em "Fornecedores" (+ R\$ 107,1 milhões) e "Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio" (+ R\$ 56,2 milhões).

O Passivo Não Circulante caiu 47,3% (- R\$ 871,3 milhões), destacando-se as reduções em "Provisões Trabalhistas, Fiscais, Cíveis e Administrativas" (- R\$ 428,3 milhões) e "Benefícios Pós-Emprego" (- R\$ 441,6 milhões), reduzindo expressivamente a sua participação no passivo total em 18,7 p.p.

O Patrimônio Líquido aumentou sua relevância no passivo total (+ 15,0 p.p.), crescendo 40,9% (+ R\$ 791,7 milhões), impulsionado pela geração de resultado líquido, e consequentemente, aumento nas reservas de lucro.

Indicadores e Metas

O Serpro atingiu todas as metas econômico-financeiras estabelecidas no Planejamento Estratégico de 2024, devido à melhoria da gestão dos recursos, geração de lucro operacional, gestão de caixa e otimização dos gastos. O Quadro 7 apresenta as metas econômico-financeiras monitoradas ao longo do exercício:

Quadro 7: Indicadores – comparativo meta 2024 x realizado 2024

Dimensão	Indicador	Sinal	Meta 2024	Realizado 2024	Meta atingida
Planejamento Estratégico	Margem Líquida	+	14,02%	17,45%	Sim
	Governança				
Econômico-financeiro	Índice de Caixa Mínimo	+	3	6,09	Sim
	Margem EBITDA	+	17,86%	21,4%	Sim
Econômico-financeiro	Índice de Eficiência Operacional	-	88,17%	84,4%	Sim
	Produtividade per capita *	+	69.695,00	99.231,13	Sim

* Valores expressos em milhares de Reais.

Fonte: Serpro (2024).

Gestão orçamentária e financeira

O orçamento do Serpro segue as diretrizes e determinações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), que estabelece o Programa de Dispêndios Globais (PDG) como ferramenta de gestão e controle orçamentário

das Empresas Estatais Federais. Neste sentido, as informações apresentadas a seguir estão alinhadas ao PDG aprovado. Todos os processos orçamentários e financeiros da Serpro são regularmente acompanhados pela Auditoria Interna, pelo Comitê de Auditoria (Coaud) e pelo Conselho Fiscal, além da Auditoria Independente e dos Órgãos de Controle – Controladoria-Geral da União (CGU) e TCU.

A gestão orçamentária da Empresa baseia-se em um planejamento criterioso. Para o exercício de 2024, foi necessário adequar a Proposta Orçamentária aprovada por meio de contingenciamento, garantindo a compatibilização de receitas e despesas para atingir a meta de resultado.

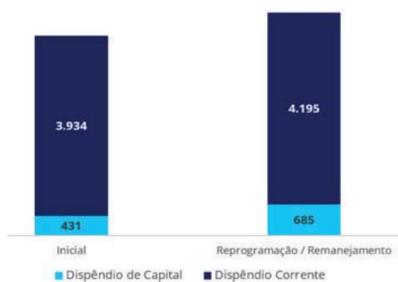
O orçamento da Empresa foi definido pelo Decreto nº 11.814, de 5 de dezembro de 2023, que aprovou o PDG 2024 e fixou os gastos iniciais em R\$ 4.364 milhões, sendo R\$ 3.934 milhões em dispêndios correntes e R\$ 431 milhões em dispêndios de capital. A dotação consolidada para Investimentos em ativos Imobilizados (bens, *hardware* e obras) foi aprovada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, no valor de R\$ 315 milhões.

O Grupo de Dispêndios de Capital contempla dividendos, juros sobre o capital próprio (JCP), depósitos judiciais e investimentos em ativos imobilizados e intangíveis (*software*). A dotação inicial foi de R\$ 431 milhões, distribuídos em R\$ 51 milhões para dividendos, R\$ 65 milhões para *software* e R\$ 315 milhões para ativos imobilizados.

A reprogração orçamentária foi analisada e aprovada pela Sest por meio das Portarias nº 3.310, de 22 de maio de 2024, nº 2.385, de 16 de abril de 2024 e nº 9.722, de 24 de dezembro de 2024, resultando em um acréscimo de 11,8% nos gastos, principalmente devido ao Projeto Nuvem Governo, reestruturação organizacional, ajustes em dividendos e inclusão de depósitos judiciais.

Com essas atualizações, o orçamento totalizou R\$ 4.880 milhões, sendo R\$ 4.195 milhões em dispêndios correntes (pessoal, custeio e impostos) e R\$ 685 milhões em dispêndios de capital (dividendos e investimentos). O Gráfico 5 ilustra a composição do orçamento inicial e o atualizado após reprogração e o remanejamento em novembro de 2024.

Gráfico 5: Orçamento Empresarial



* Em milhões de Reais.

Fonte: ERP Web Manager (2024).

O percentual de realização em relação ao orçamento atualizado está demonstrado no Quadro 8, detalhado nos Grupos orçamentários dos Dispêndios de Corrente e de Capital, classificados por natureza das despesas.

Quadro 8: Grupos orçamentários

Contas	Aprovado (R\$) Considerado o valor da reprogração/remanejamento	Realizado (R\$)	Realização em relação ao aprovado (%)
Dispêndios de capital	685.470.172	672.516.711	98,11%
Investimentos	362.740.671	227.745.459	62,78%
- Imobilizado	339.912.132	210.105.365	61,81%
- Intangível	22.828.539	17.640.094	77,27%
Outras despesas de capital (Dep. Judicial e Perdas)	41.847.303	22.889.075	54,70%
Distribuição de lucros aos acionistas	280.882.198	421.882.177	150,20%
Dispêndios correntes	4.195.097.958	4.240.079.156	101,07%
Despesas de pessoal	2.714.304.150	2.726.616.375	100,45%
Materiais e produtos	4.612.174	5.097.548	110,52%
Serviços de terceiros	454.605.163	462.490.308	101,73%
Tributos	608.206.740	564.327.761	92,79%
Despesas financeiras	29.526.177	29.207.268	98,92%
Abatimentos concedidos nas vendas	44.725.781	81.600.762	182,45%
Outras despesas correntes	339.117.773	370.739.134	109,32%
Total	4.880.568.130	4.912.595.867	100,66%

Fonte: ERP Web Manager (2024).

A execução orçamentária de 2024 totalizou R\$ 4.912 milhões, atingindo 100,7% do limite aprovado. As despesas com pessoal, incluindo encargos e benefícios, foram as mais representativas, somando R\$ 2.726 milhões (64,3% das despesas correntes).

Após ajustes e movimentações orçamentárias autorizados, houve um crescimento nominal de 20,8% nas despesas em relação a 2023, impulsionado pelo pagamento de dividendos adicionais e pela alteração no critério de registro dos gastos com benefícios (Despesa de Pessoal), que passaram a ser registrados pelo valor bruto, conforme aprovado pela Sest.

Quadro 9: Realização orçamentária – comparativo 2023 x 2024

Contas	Realizado		Variação (%)
	2023 (R\$)	2024 (R\$)	
Dispêndios de capital	303.133.482	672.516.711	121,85%
Investimentos	192.988.008	227.745.459	18,01%
- Imobilizado	181.492.684	210.105.365	15,77%
- Intangível	11.495.324	17.640.094	53,45%
Outras despesas de capital (Dep. Judicial e Perdas)	3.086.777	22.889.075	641,52%
Distribuição de lucros aos acionistas	107.058.698	421.882.177	294,07%
Dispêndios correntes	3.765.021.038	4.240.079.156	12,62%
Despesas de pessoal	2.274.248.665	2.726.616.375	19,89%
Materiais e produtos	9.237.782	5.097.548	-44,82%
Serviços de terceiros	415.287.011	462.490.308	11,37%
Tributos	737.822.922	564.327.761	-23,51%
Despesas financeiras	25.868.169	29.207.268	12,91%
Abatimentos concedidos nas vendas	44.208.825	81.600.762	84,58%
Outras despesas correntes	258.347.664	370.739.134	43,50%
Total	4.068.154.520	4.912.595.867	20,76%

Fonte: ERP Web Manager (2024).

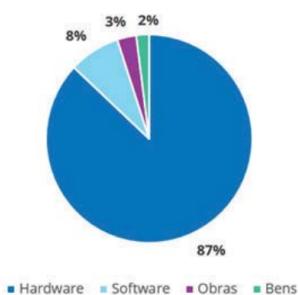
Dispêndios de Capital

Os dispêndios de capital autorizados em 2024 abrangeram distribuição de lucros aos acionistas, despesas judiciais e perdas, além de investimentos, incluindo aquisição de TI (*hardware* e *software*), de bens e serviços de obras.

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$ 228 milhões, um crescimento de 18% em relação a 2023. As aquisições de *hardware* e *software* mais uma vez prevaleceram, representando 94,7% do total investido, alinhadas aos objetivos estratégicos da Empresa, destacando-se aquisição de subsistemas de discos, expansão da plataforma *mainframe*, *notebooks*, soluções de armazenamento e servidores em nuvem. O Gráfico 6 apresenta a distribuição percentual desses investimentos, que estão alinhados ao esforço de inovação, eficiência operacional, garantia de níveis de serviço e qualidade dos serviços ofertados à sociedade brasileira.

Gráfico 6: Composição dos investimentos



Fonte: ERP Web Manager (2024).

Distribuição de Lucros aos Acionistas

O crescimento de 150,2% em relação a 2023 foi impulsionado pelo pagamento de dividendos adicionais, totalizando mais 35% do lucro líquido da Empresa.

Dispêndios Correntes

Os dispêndios correntes cresceram 12,6% comparados a 2023, influenciados pela mudança de critério no registro de "Benefícios" aprovada pela Sest, além do impacto do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), aumento de contratos de subscrição e licenças, assinaturas de acesso ao Gartner e parcerias.

Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal (remuneração, encargos sociais, benefícios, desligamento pós emprego, demandas trabalhistas, treinamento, com empregados, membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria) totalizaram um aumento de 19,9% em relação a 2023, decorrente do crescimento vegetativo, ACT e à mudança no registro de líquido para bruto em benefícios.

Materiais e Produtos

As despesas com Materiais e Produtos são relativas à aquisição de outros materiais e produtos (consumo) e de Tecnologia da Informação (produção) e apresentaram uma redução de 44,8%, em relação a 2023.

Serviços de Terceiros

São as despesas com Tecnologia da Informação, Consultoria, Auditoria, Vigilância e Segurança, Publicidade e Propaganda, e outros serviços de Terceiros. O aumento foi de 11,4% em relação a 2023, realizando em 2024 o valor de R\$ 462 milhões (101,7% do aprovado), impactado pelo aumento dos contratos IBM (R\$ 34,5 milhões), Amazon (R\$ 22 milhões), Brasosoftware (R\$ 16 milhões) e Decision (R\$ 12 milhões).

Tributos

Compreendem as despesas com tributos sobre a venda de serviços, sobre o lucro e outros tributos. Houve redução de 23,5% devido à aplicação da imunidade tributária do PIS/PASEP e COFINS em todas as prestações de serviço realizadas.

Despesas Financeiras

Referem-se às despesas de desconto concedido na venda de serviços e outras despesas financeiras, com aumento de 12,9% em relação a 2023, causado por maiores descontos incondicionais na venda de bens e serviços. Em 2023, os valores de Abatimentos Concedidos nas Vendas foram somados neste item, porém estão apresentados separadamente a seguir.

Abatimentos concedidos nas vendas

Houve crescimento de 84,6% em relação a 2023 referente ao cancelamento de vendas.

Outras Despesas Correntes

As despesas com serviços públicos de energia elétrica, telefone, água, com aluguel, comunicações, processamento de dados, despesas de serviço do sistema financeiro, transporte, viagens, estagiários e aprendizes, multas, distribuição de lucros e resultados, dentre outras, aumentaram 43,5% em relação a 2023, influenciadas por contratos de subscrições e licenças, viagens e mudança do registro de compartilhamento de espaço.

Gestão de Custos

O Serpro não utiliza o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC). Desde 2011, a Empresa adota metodologia do Custeio Baseado em Atividades (ABC) para a apuração dos gastos (custos e despesas), garantindo informações gerenciais adequadas ao negócio e operação da Empresa.

O Sistema de Custos baseia-se nos lançamentos contábeis extraídos diretamente no ERP. A automatização desse processo está em andamento, o que trará maior agilidade e precisão apuração dos custos.

Em 2024, foram implementadas melhorias no direcionamento das amortizações de *softwares* com valor mensal superior a R\$ 10 mil, permitindo a identificação de cada item do patrimônio e seu vínculo com os subprocessos que o utilizam. Além disso, aprimorou-se o direcionamento dos contratos de treinamento, associando os participantes/treinamentos aos subprocessos em que estiveram alocados no período.

Custos Realizados 2023 x 2024

O comparativo entre os valores realizados em 2023 e 2024 no quadro a seguir está categorizado por tipo de processo e não inclui os gastos com Pessoal Serviço Externo (PSE).

Quadro 10: Gastos por tipo de processo 2023 x 2024

Tipo de Processo	Realizado 2023 (R\$)	Realizado 2024 (R\$)
Finalístico	2.019.342.713	2.352.512.919
Viabilizador	561.236.621	637.133.517
Contratos Diretos e Gastos Corporativos	279.926.507	352.807.431
Total	2.860.505.841	3.342.453.867

Fonte: Sollus ABM (2024).

Os gastos com "Contratos Diretos e Gastos Corporativos" aumentaram em relação ao ano anterior, principalmente devido a aumento nos atestes dos contratos de nuvem, que têm sido diretamente vinculados aos códigos de serviços dos clientes, além do reconhecimento de medidas compensatórias também associadas a códigos de serviços específicos de acordo com o uso. O Gráfico 7 apresenta a proporção de gastos finalísticos e viabilizadores.

Gráfico 7: Classificação dos Gastos em finalísticos e viabilizadores



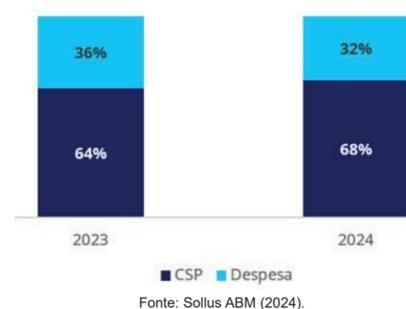
*Os percentuais acima desconsideram os gastos de contratos diretos e corporativos, pois estes não são considerados como finalísticos ou viabilizadores.

Fonte: Sollus ABM (2024).

Composição do Gasto realizado em 2024

A classificação dos gastos como Custo dos Serviços Prestados (CSP) ou despesa é feita com base nos subprocessos. O Gráfico 8 apresenta a composição desses gastos.

Gráfico 8: Composição dos Gastos – 2023 x 2024



Fonte: Sollus ABM (2024).

Em 2024, o CSP aumentou proporcionalmente em relação às despesas, comparado a 2023. Os principais fatores para essa mudança foram:

- 1) Aumento dos contratos de parceria de nuvem, elevando o CSP em aproximadamente R\$ 19 milhões em relação a 2023;
- 2) Redução dos resultados com ações judiciais, diminuindo as despesas em cerca de R\$ 46 milhões; e
- 3) Redução dos resultados com créditos a receber, diminuindo as despesas em aproximadamente R\$ 71 milhões.

Perspectivas

O Serpro completou seis décadas transformando tecnologia em pontes, aproximando pessoas e encurtando distâncias, promovendo inclusão e inovação.

Com uma trajetória de grandes realizações e sucesso, foi pioneiro e passou por todas as fases da digitalização do país. Nas décadas de 60 e 70, com os primeiros computadores; na década de 80, com os computadores pessoais; nas décadas de 80 e 90, com as primeiras comunicações em rede e o aparecimento dos telefones celulares; e nos anos 2000, com o surgimento dos *smartphones*.

Na década de 2020, um grande aparato tecnológico está à disposição para sustentar o Governo Federal e para sustentar, também, na Empresa, as aplicações de clientes tanto públicos quanto privados. Em cada solução, o Serpro se torna um agente de transformação social e digital, acompanhando e superando os desafios da evolução do país e do mundo.

Identificando-se como a Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação, a Estatal está em constante processo de renovação e atualização diante dos desafios, consciente da importância do coletivo para continuar se impulsionando pelos próximos anos.

A Estratégia Institucional delineada para o período 2025-2029 apresenta como novidades a inclusão da "Colaboração" no rol de valores e o foco voltado aos planos Estratégico, de Negócio, e de Tecnologia. A "Inovação" permanece como valor, passando os três planos que foram mantidos em relação a 2024. Por outro lado, o Plano de Inovação e Parceira deve passar por uma nova formatação, numa abordagem de estratégia de inovação transversal.

As perspectivas para 2025 incluem expandir a atuação no mercado privado e nos estados e municípios. No nicho governamental, o Serpro buscará reforçar ainda mais seu papel como empresa pública líder em soluções tecnológicas que impulsionam a transformação digital em prol da sociedade. O foco em inovação permanecerá em alta, bem como os investimentos em tecnologia. Assim, a Empresa pretende ser referência em nuvem de governo, inteligência artificial e infraestrutura nacional de dados, além de manter seu crescimento econômico.

Que venham novas conquistas, evolução e impacto positivo para a sociedade brasileira!



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Balanco Patrimonial

								<i>em R\$ mil</i>	
Balanco Patrimonial									
Ativo	NE	Dez/2024	Dez/2023	Passivo	NE	Dez/2024	Dez/2023		
Circulante		3.121.605	2.780.076	Circulante		1.229.876	1.018.624		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.924.576	1.975.185	Consignações	14	81.133	67.000		
Ativos financeiros		988	1.039	Tributos e encargos sociais	15	98.460	128.647		
Créditos a receber		1.175.562	802.041	Depósitos diversas origens		2.252	891		
Clientes	5	811.358	608.287	Obrigações a pagar	16	1.048.031	822.086		
Créditos tributários	6	235.463	100.141	Fornecedores		391.306	279.520		
Ressarcimento de pessoal	7	54.374	57.616	Pessoal	17	430.752	390.644		
Créditos diversos a receber	8	74.367	35.997	Benefícios a empregados	18	15.200	15.263		
Outros Ativos		348	149	Participação nos lucros/result.	19	43.043	28.565		
Ativos mantidos para venda	9	20.131	1.662	Juros sobre capital próprio	20	163.237	107.059		
				Outras obrigações	21	4.493	1.035		
Não Circulante		1.807.222	2.017.121	Não Circulante		971.052	1.842.355		
Realizável a longo prazo		910.354	1.080.658	Obrigações tributárias	22	59.646	60.982		
Depósitos judiciais e recursais	10	419.620	417.579	Provisões trab, cíveis, admin e fiscais	23	666.897	1.095.244		
Ressarcimento de pessoal		277.972	279.825	Benefícios pós-emprego	24	244.013	685.633		
Créditos tributários diferidos	26	90.259	268.869	Outras obrigações		496	496		
Créditos realizáveis a longo prazo	11	122.179	114.060	Patrimônio Líquido	25	2.727.899	1.936.218		
Outros ativos		324	325	Capital		1.786.196	1.786.196		
Imobilizado	12	817.478	842.561	Reservas		915.072	543.034		
Intangível	13	79.390	93.902	Reservas de reavaliação		90.877	92.926		
				Reservas de lucros		162.730	128.472		
				Reservas de retenção		432.933	321.636		
				Dividendos adicionais propostos		228.532	0		
				Outros resultados abrangentes		26.631	(393.012)		
Total do Ativo		4.928.827	4.797.197	Total do Passivo		4.928.827	4.797.197		
As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas(NEs)									

Demonstração do Resultado do Exercício

				<i>em R\$ mil</i>	
Demonstração do Resultado do Exercício					
	NE	Dez/2024	Dez/2023		
Receita operacional líquida	26.2	3.925.711	3.215.018		
Custo dos serviços prestados	26.3	(2.261.507)	(1.828.004)		
Lucro bruto		1.664.204	1.387.014		
Despesas/Receitas operacionais	26.3	(1.053.039)	(1.006.619)		
Despesas com vendas		(245.194)	(247.216)		
Despesas gerais e administrativas		(785.981)	(756.893)		
Outras despesas e receitas operacionais		(21.864)	(2.510)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro		611.165	380.395		
Resultado financeiro	26.4	183.993	246.641		
Receitas financeiras		211.902	272.524		
Despesas financeiras		(27.909)	(25.883)		
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		795.158	627.036		
Imposto de renda e contribuição social	26.5	(110.002)	(176.262)		
Correntes		(17.817)	(159.895)		
Diferidos		(92.185)	(16.367)		
Lucro líquido do exercício		685.156	450.774		

Demonstração do Resultado Abrangente

				<i>em R\$ mil</i>	
Demonstração do Resultado Abrangente					
		Dez/2024	Dez/2023		
Resultado Líquido do Período		685.156	450.774		
(+/-) Outros Resultados Abrangentes		419.644	(68.012)		
Ajustes de Instrumentos Financeiros		(51)	188		
Passivo Atuarial - EFPC Serpros		540.079	(219.462)		
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros		(75.135)	30.045		
Passivo Atuarial-PAS/Serpro		(44.516)	139.716		
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro		7.429	(18.499)		
Passivo Atuarial-Programa de Demissão		(9.538)	0		
Tributos Diferidos sobre Programade Demissão		1.376	0		
Resultado Abrangente no Período		1.104.800	382.762		

Demonstração dos Fluxos de Caixa

				<i>em R\$ mil</i>	
Demonstração dos Fluxos de Caixa					
		Dez/2024	Dez/2023		
Lucro antes da tributação do IR e CS		795.158	627.036		
Depreciação e amortização		227.237	189.792		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(40.340)	30.403		
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas		(18.985)	2.350		
Provisões benefício pós-emprego		44.405	52.330		
Resultado de softwares desenvolvidos		(1.938)	(11.315)		
Resultado Receita a Faturar(CPC47)		(7.738)	95.716		
Receitas Financeiras		(8.120)	(18.506)		
Resultado com Provisões tributárias		120.493	(137.926)		
Resultado na alienação e baixa de imobilizado		21.812	107		
Lucro ajustado		1.131.984	1.019.239		
Varição em ativos e passivos operacionais		(704.369)	(99.012)		
Contas a Receber		(159.699)	(55.383)		
Pessoal a Pagar		59.181	(3.061)		
Fornecedores		107.127	(39.080)		
Obrigações Tributárias/Imunidade		(529.298)	(16.815)		
Outras variações do imobilizado		(65.972)	113.411		
Outras variações		(115.708)	(98.084)		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(79.739)	(29.252)		
Juros Pagos		6.657	12.921		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		354.533	903.896		
Imobilizado		(125.912)	(291.210)		
Intangível		(15.632)	(11.631)		
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		(141.544)	(302.841)		
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		(263.598)	(486.613)		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		(263.598)	(486.613)		
Varição de caixa e equivalentes de caixa no período		(50.609)	114.442		
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa		1.975.185	1.860.743		
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa		1.924.576	1.975.185		

Demonstração do Valor Adicionado

				<i>em R\$ mil</i>	
Demonstração do Valor Adicionado					
		Dez/2024	Dez/2023		
Geração do Valor Adicionado		4.415.924	3.730.644		
Receitas		4.458.139	3.805.343		
Receita Operacional Bruta		40.340	(30.403)		
Resultado com créditos a receber		(3.003)	(864)		
Descontos Concedidos		(81.601)	(43.892)		
Vendas Canceladas		2.049	460		
Outros valores (AEA e Realização Reservas)		(798.943)	(502.321)		
Insumos adquiridos de terceiros		3.616.981	3.228.323		
Valor adicionado bruto		(285.794)	(294.831)		
Retenções		(227.237)	(189.792)		
Depreciações e Amortizações		(58.557)	(105.039)		
Resultados com Ações Judiciais					
Valor adicionado líquido		3.331.187	2.933.492		
Recebido de terceiros		211.902	272.524		
Valor adicionado total a distribuir		3.543.089	3.206.016		
Distribuição do valor adicionado					
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)		2.161.740	1.919.687		
Governos (Impostos e Contribuições)		670.845	816.331		
Capitais de Terceiros		16.641	5.844		
Acionistas (Dividendos e JCP)		169.894	119.979		
Lucros Retidos		523.969	344.175		
Valor adicionado total distribuído		3.543.089	3.206.016		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reavaliação	Legal	Reservas Retenção	Dividendos	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	
Saldo em 31 de dez/2022		1.061.005	93.386	105.933	725.191	356.948	-	(325.001)	2.017.463
Aumento de Capital		725.191			(725.191)				-
Lucro Líquido do Exercício							450.774		450.774
Constituição de reservas				22.539	321.636		(344.175)		-
Realização de Reserva de Reavaliação			(460)				460		-
Dividendos Pagos						(356.948)			(356.948)
Juros sobre Capital Próprio Creditados							(107.059)		(107.059)
Outros Resultados Abrangentes								(68.012)	(68.012)
Saldo em 31 de dez/2023		1.786.196	92.926	128.472	321.636	-	-	(393.013)	1.936.218
Lucro Líquido do Exercício							685.156		685.156
Dividendos Adicionais requeridos					(149.882)				(149.882)
Constituição de reservas				34.258	261.179		(295.437)		0
Realização de Reserva de Reavaliação			(2.049)				2.049		0
Dividendo se JCP Creditados							(163.236)		(163.236)
Dividendos Adicionais propostos						228.532	(228.532)		0
Outros Resultados Abrangentes								419.644	419.644
Saldo em 31 de dez/2024		1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

O SERPRO completou seis décadas em 2024 transformando tecnologia em pontes, aproximando pessoas e encurtando distâncias, promovendo inclusão e inovação. A empresa está em constante processo de renovação e atualização diante dos desafios. Com uma trajetória de grandes realizações e grande sucesso, o SERPRO foi pioneiro e passou por todas as fases da digitalização do país. Nas décadas de 60 e 70, com os primeiros computadores; na década de 80, com os computadores pessoais; nas décadas de 80 e 90, com as primeiras comunicações em rede e aparecimento dos telefones celulares; e nos anos 2000, com o surgimento dos smartphones. Em 2020, um grande aparato tecnológico está à disposição para sustentar o governo federal e para sustentar, também, na em presa, as aplicações e os clientes tanto públicos quanto privados.

O SERPRO é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Os indicadores macroeconômicos influenciam diretamente o orçamento do governo federal para a execução de investimentos e para o custeio da atividade governamental. Com efeito, o governo perde sua capacidade de investimentos e custeio, representando riscos à operação dos atuais negócios do SERPRO, que possui concentração na pauta governamental.

O SERPRO, como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tomem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

2.2. Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2024, encerrado em 31 de dezembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 05 de fevereiro de 2025.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, civis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.3.1. Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no exercício. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve -se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

2.4.1. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.2. Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

2.6. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

2.7. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciamento em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

2.8. Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, se não afetar a tomada de decisão empresarial para a administração. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas. Sempre que houver tal expediente, será apresentado nas notas explicativas.

2.9. Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1.1
Depreciação/Amortização	12 e 13
Provisões Judiciais e Administrativas	23
Benefícios a Empregados	24
Impostos Diferidos	26.5.4

2.10. Principais eventos com impacto no resultado em 2024
2.10.1 Imunidade Tributária e Encontro de Contas

Desde 2019, os benefícios obtidos com a imunidade tributária recíproca aplicada ao ISS, ao PIS-PASEP e à COFINS, tributos incidentes sobre as receitas de prestação de serviços, foram registrados contabilmente como passivo de modo a atender eventual necessidade de recolhimento aos fiscos nos casos de decisões provisórias obtidas por antecipação de tutela, ou, devolver valores aos clientes nos casos de reconhecimento administrativo definitivo ou de decisão judicial transitada em julgado. Com o êxito das decisões e com a redução de risco observada junto aos fiscos, no exercício de 2023, os valores provisionados foram reclassificados para obrigações administrativas junto a clientes.

Conforme intenção declarada na nota explicativa 27.2.4 do exercício 2023, a Administração adotou ao longo de 2024 a estratégia de negociação específica dos saldos com cada cliente, levando em consideração tanto a regularização de valores a receber junto a cada órgão, bem como a garantia de continuidade de prestação de serviços no exercício, haja vista o cenário de restrição orçamentária enfrentado por alguns destes clientes. Tal movimentação gerou uma redução de R\$ 535 milhões do valor do passivo, utilizado como encontro de contas conforme abaixo:

Cliente	Desconto em serviços correntes	Recuperação de valores em aberto	Total
RFB	421.359	19.022	440.381
PGFN	23.833	19.230	43.063
MGI (considera antigo M. da Economia)		51.435	51.435
Total	445.192	89.687	534.879

2.11 Situação da Imunidade Tributária

Desde que o Serpro obteve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal na Ação Civil Originária nº 2.658, em abril de 2018, esta empresa pública federal vem implementando gradativamente os efeitos do reconhecimento da imunidade tributária recíproca junto aos Fiscos Federal, Estadual e Municipal.

Com o objetivo de mitigar riscos tributários e perda financeira relacionados, o Serpro iniciou o processo de implementação da imunidade tributária de forma cautelosa e conservadora, buscando, como primeira alternativa, o envio de comunicação administrativa ao Fisco. Somente após o indeferimento do pedido de reconhecimento administrativo da imunidade tributária, ou diante de sua ausência em manifestar-se, é que o Serpro buscou a via judicial para o pleito.

Atualmente a imunidade tributária do Serpro encontra-se na seguinte situação:

Decisão	Fisco envolvido
Judicial - Transitado em Julgado	Fisco Municipal: Brasília, Porto Alegre (PTU), Florianópolis, Belém, Macaé, Macapá, Curitiba e Recife.
Judicial - Antecipação de Tutela	Fisco Municipal: Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Vitória, Aracaju, Boa Vista, Cuiabá, Manaus, Palmas e Porto Velho.
Administrativa - Decisão Definitiva	Fisco Federal: Receita Federal do Brasil (passível de comprovação de requisitos, SC 301/2023). Fisco Estadual: Rio Grande do Sul. Fisco Municipal: Porto Alegre (ISS), Campo Grande, Goiânia, Natal e Rio Branco.
Administrativa - Decisão Provisória	Fisco Municipal: São Paulo.
Aguardando decisão (Imunidade não implementada)	Fisco Estadual: São Paulo, Mato Grosso e Bahia.

3. Políticas contábeis e correção de erros
3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior somente foram modificados em relação à estimativa de valores a devolver da imunidade tributária, conforme nota 2.11.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Caixa/ Bancos	200.809	24.888
Aplicação financeira	1.723.767	1.950.297
Caixa e equivalente de caixa	1.924.576	1.975.185

4.1 Bancos contas movimento

O valor de R\$ 200,8 milhões se refere, em ampla maioria, aos recebimentos de clientes públicos e privados, decorrentes das operações comerciais da Empresa.

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado Fundo Investimento Renda Fixaa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial	958.703	991.594	1.950.297
Aplicações	1.584.285	765.725	2.350.010
Resgates	(1.322.892)	(1.365.105)	(2.687.997)
Rendimento Líquido	60.340	51.117	111.457
Saldo Final	1.280.436	443.331	1.723.767
Rentabilidade no ano	9,2149%	9,2059%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução BCB 3.284 de 2005, o saldo de R\$ 1,7 bilhão está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB), com posição de dezembro de 2024. Os fundos extramercado destinados às Empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC. Os fundos apresentam rentabilidades equivalentes. A diferença observada na rentabilidade média entre os dois fundos decorre da maior movimentação observada nas aplicações e resgates do fundo BB FAE.

4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

	Dez/2024	Dez/2023
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	3.222.475	3.410.901
Ressarcimento de pessoal requisitado	234.621	263.147
Rendimento de aplicações financeiras	141.467	185.431
Outros recebimentos	154.156	138.188
Tributos e encargos	(284.073)	(229.574)
Pessoal e encargos	(2.465.496)	(2.283.533)
Sentenças judiciais	(98.996)	(105.935)
Pagamentos a fornecedores	(549.621)	(474.729)
Caixa líquido das atividades operacionais	354.533	903.896
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(141.544)	(302.841)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(141.544)	(302.841)
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(263.598)	(486.613)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(263.598)	(486.613)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	(50.609)	114.442
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.975.185	1.860.743
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185

5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Créditos a receber a faturar	173.894	170.862
Créditos a receber de clientes a vencer	224.433	305.251
Vencidos até 30 dias	15.706	40.277
Vencidos de 31 a 60 dias	169.416	21.791
Vencidos de 61 a 90 dias	156.706	25.707
Vencidos de 91 a 180 dias	79.806	25.107
Vencidos de 181 a 365 dias	13.578	19.944
Vencidos mais de 365 dias	74.167	195.643
Créditos a receber	907.706	804.582
Perdas Incorridas	(29.462)	(114.528)
Perdas Estimadas	(52.626)	(71.706)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.260)	(10.061)
Total	811.358	608.287

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. Por fim, permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2023	71.706	114.528	186.234
Constituição	145.891	34.562	180.453
Reversão	(164.971)	(119.628)	(284.599)
Saldo em Dez/2024	52.626	29.462	82.088

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$52,6 milhões) e das perdas incorridas (R\$29,5 milhões), perfazendo um total de R\$ 82,1 milhões.

A redução de R\$ 104,1 milhões (de R\$ 186,2 milhões em 2023 para R\$ 82,1 milhões em 2024), se deu em razão de dois fatores principais, ambos relacionados aos clientes públicos: o pagamento de faturas em atraso e o 'Encontro de Contas', em que o Passivo de Imunidade Tributária a devolver a tais clientes foram aproveitados no abatimento ou baixa de valores em aberto (inclusive em atraso) desses mesmos clientes.

5.1.2 Redução ao valor recuperável de clientes

Os R\$ 14,3 milhões registrados decorrem do registro de redução de ativo (R\$ 4,4 milhões) relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, também é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

Os R\$ 5,7 milhões registrados decorrem da identificação de consumos anômalos ao longo de 2023, situação regularizada durante o exercício de 2024. O consumo anômalo se caracteriza quando a utilização de determinado serviço por um cliente extrapola significativamente sua utilização histórica. É comum que a extrapolação de fato não represente a utilização do serviço, gerando questionamentos por parte do cliente.

Ambos os valores são reduzidos daqueles que, por cumprirem os requisitos, constituíram a PECLD.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Consumo anômalo	0	5.684
Multas e juros	14.260	4.377
Total	14.260	10.061

6. Créditos tributários

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	227.226	90.775
IR e CSLL a recuperar/compensar	215.033	210.559
IRRF a compensar	30.010	40.013
IRPJ a recolher	-	(84.976)
CSLL a recolher	(17.817)	(74.821)
Tributos Municipais	8.237	9.366
ISS a compensar	8.226	9.355
INSS a compensar	11	11
Total	235.463	100.141

Em relação ao IRPJ a Recolher, a variação observada no saldo, de R\$ 84,9 milhões em 2023 para R\$ 0,0 no ano atual, está relacionada ao Prejuízo Fiscal e Base Negativa do Imposto de Renda na apuração de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa 26.5.2. Em relação ao IRRF a Compensar, a variação observada (de R\$ 40,0 milhões para R\$ 30,0) decorre da redução dos rendimentos de aplicações financeiras ao longo do ano (Nota 26.4), o que naturalmente reduz o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

O ISS a compensar (R\$ 8,2 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo com base no Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de dezembro de 2024, o SERPRO contava com 1.401 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Ressarcimento - Folha de pagamento	54.322	57.564
Provisões ACT	0	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais (a)	52	52
Total Circulante	54.374	57.616
Ressarcimento - Sentenças judiciais (b)	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas (c)	122.330	124.183
Total Não Circulante	277.972	279.825

A Nota explicativa sobre Partes Relacionadas (Nota 27) apresenta mais informações acerca das transações que envolveram Pessoal de Serviço Externo (PSE).

8. Créditos diversos

O saldo de R\$ 74,4 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes de: adiantamento a fornecedores (R\$ 28,5 mi); folha de pagamento (R\$ 20,8 mi); e plano de saúde de empregados que estão fora da folha de pagamento (R\$ 13,8 mi).

9. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Alta Administração.

Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Não Circulante Mantido para Venda. O men or valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação é de R\$ 36,4 milhões.

Ressalta-se que, até então, constava registrado também o Galpão de Taguatinga DF. Por decisão da Gestão, o imóvel não será mais vendido, razão pela qual retornou para o ativo imobilizado.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Galpão - Taguatinga DF	1.720	(58)	1.662

10. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Depósitos judiciais e recursais	419.436	417.395
Ações fiscais	184	184
Total	419.620	417.579

10.1 Depósitos Judiciais e recursais

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de

12. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Quadro de movimentação do Ativo Imobilizado.

	Edifícios		Terrenos		Obras em Andam.		Instalações		Benfeitorias em propriedades de terceiros		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2022	148.606	(46.253)	66.430		21.731		143.228	(134.103)	1.817	(1.813)	1.273.584	(655.912)	1.655.396	(838.081)
Adições					3.686						178.500		182.186	0
Baixas					(693)		7.550				(135.909)	135.219	(136.602)	135.219
Transferências/Ajustes					(7.550)						(170)	(4)	(170)	(4)
Depreciação		(1.858)						(5.238)		(4)		(148.283)	0	(155.383)
Saldo dez/2023	148.606	(48.111)	66.430		17.174		150.778	(139.341)	1.817	(1.817)	1.316.005	(668.980)	1.700.810	(858.249)
Adições	971				6.716						203.703		211.390	0
Baixas											(38.100)	36.030	(38.100)	36.030
Transferências/Ajustes	(7.162)		(12.272)		(4.894)		1.815	(353)			(1.037)	(38.139)	(23.550)	(37.528)
Depreciação		(1.889)						(905)				(170.530)	0	(173.325)
Saldo dez/2024	142.415	(49.036)	54.158		18.996		152.593	(140.599)	1.817	(1.817)	1.480.572	(841.620)	1.850.550	(1.033.072)

O Serpro vem renovando seu parque tecnológico ao longo dos últimos anos. Destacam-se os investimentos em Equipamentos de TI (grupo Bens Móveis), que atingiram patamar superior a R\$ 200 milhões em 2024 (linhas "Adições", coluna "Ativo"). Ainda no grupo de Bens Móveis, a movimentação da linha "Transferências/Ajustes" é justificada pelas correções identificadas ao longo do ano em trabalho de avaliação dos ativos imobilizados, que soma R\$ 19,8 milhões; enquanto outros ajustes relacionados a bens móveis não depreciados somaram R\$ 18,2 milhões, totalizando ambos os ajustes R\$ 38,1 milhões. Quanto às transferências ocorridas nas contas de Edifícios e Terrenos, onde um imóvel foi colocado à venda, enquanto outro que estava à venda, retornou ao imobilizado, o que justifica a movimentação observada na linha "Transferências/Ajustes".

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

13. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a softwares identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos softwares desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2023	Entradas/Amortização	Baixas	Dez/2024
Softwares	765.188	25.070	(6.057)	784.201
Adquiridos	734.581	20.819	0	755.400
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	0	24.550
Em construção	0	1.938	0	1.938
Estoque interno	6.057	2.313	(6.057)	2.313
(Amortização acumulada e Perdas estimadas)	(671.286)	(33.525)	0	(704.811)
Softwares adquiridos	(668.331)	(27.291)	0	(695.622)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(2.391)	(6.234)	0	(8.625)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
Valor Líquido	93.902	(8.455)	(6.057)	79.390

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

14. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Previdência social	17.821	16.509
Pensão alimentícia	46	50
IRRF	48.185	42.475
Tributos federais retidos	7.082	1.794
ISS	1.114	338
Plano de previdência e assistência médica	292	220
Entidades representativas de classes	1.061	173
Empréstimos, retenções e consignatários	5.532	5.441
Total	81.133	67.000

15. Tributos e encargos sociais

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Passivo Fiscal Diferido	19.369	44.170
PASEP / COFINS a recolher	48.271	34.469
CPRB a recolher	4.817	25.520
FGTS	16.677	14.774
ISS a recolher	9.286	8.576
Outros tributos	40	1.138
Total	98.460	128.647

Os destaques referem-se à redução do Passivo Fiscal Diferido e à CPRB. Quanto ao primeiro, refere-se à movimentação gerada em razão do encontro de contas ocorrido ao longo de 2024. Em relação ao segundo, o saldo no encerramento do exercício reduziu em razão da revisão da base de cálculo no final do ano, o que gerou créditos entre abatido no último mês do ano.

Cumpra ressaltar que de acordo com a Lei nº 14.973/2024, regulamentada pela RFB através da IN 2.242/2024, a reatuação gradual da folha de pagamento ocorrerá ao longo dos anos, sendo que em 2025 a alíquota prevista é de 3,6% de CPRB (ante 4,5% atuais) e de 5% de Contribuição Previdenciária Patronal - CPP sobre a folha de pagamento (ante 0% atual). Nos próximos anos a alíquota da CPRB chegará 0 (zero) e da CPP chegará a 20%.

15.1 Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
IRPJ/CSLL	-	20.095
Demais Tributos s/ Receita Bruta	19.369	24.075
Total	19.369	44.170

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS. A redução observada na linha IRPJ/CSLL decorre das movimentações ocorridas na apuração dos Tributos Diferidos, conforme descrito na Nota 26.5.4.

16. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 391,3 milhões, resultado das operações comerciais do Serpro, e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 430,8 milhões, conforme detalhamento nas Notas Explicativas seguintes.

16.1 Fornecedores

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Fornecedores	391.306	279.520

A variação observada decorre do aumento dos gastos de custeio para fazer frente à expansão dos serviços prestados pelo SERPRO ocorridos em 2024.

17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Férias	248.218	221.631
Licença prêmio	178.865	164.484
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	3.665	4.525
Total	430.752	390.644

A variação observada entre dez/2023 e dez/2024 (R\$ 40,1 milhões) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de férias e licença prêmio. Estes, como demonstrado, respondem por R\$ 427,1 milhões do saldo total. Por representarem passivo atrelado à folha de pagamento, o aumento das despesas de pessoal decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho e crescimento vegetativo, é refletido nas obrigações a pagar.

18. Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPRO, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, todas as contas se concentram na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil.

As contas judiciais, compostas também pelos depósitos recursais posteriores à reforma trabalhista (estes, no importe de R\$ 28,6 mi), totalizam R\$ 419,6 milhões. A distribuição por faixas de valor se dá conforme quadro a seguir.

Descrição	Valor
Maior que R\$ 2mi	184.510
De R\$ 1mi a R\$ 2mi	53.944
De R\$ 500mil a R\$ 1mi	39.328
De R\$ 250mil a R\$ 500mil	51.728
Até R\$ 250mil	89.926
Total	419.436

Quanto aos depósitos recursais (R\$ 28,8 milhões) anteriores à Reforma Trabalhista, encontram-se integralmente depositados na Caixa Econômica Federal, em conta vinculada ao FGTS do Trabalhador.

11. Créditos realizáveis a longo prazo

O valor de R\$ 122,2 milhões, atualizado até dezembro de 2024, refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 31/12/2024 é de R\$ 294,8 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é de 394ª, no encerramento de 2024.

	Edifícios		Terrenos		Obras em Andam.		Instalações		Benfeitorias em propriedades de terceiros		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2022	148.606	(46.253)	66.430		21.731		143.228	(134.103)	1.817	(1.813)	1.273.584	(655.912)	1.655.396	(838.081)
Adições					3.686						178.500		182.186	0
Baixas					(693)		7.550				(135.909)	135.219	(136.602)	135.219
Transferências/Ajustes					(7.550)						(170)	(4)	(170)	(4)
Depreciação		(1.858)						(5.238)		(4)		(148.283)	0	(155.383)
Saldo dez/2023	148.606	(48.111)	66.430		17.174		150.778	(139.341)	1.817	(1.817)	1.316.005	(668.980)	1.700.810	(858.249)
Adições	971				6.716						203.703		211.390	0
Baixas											(38.100)	36.030	(38.100)	36.030
Transferências/Ajustes	(7.162)		(12.272)		(4.894)		1.815	(353)			(1.037)	(38.139)	(23.550)	(37.528)
Depreciação		(1.889)						(905)				(170.530)	0	(173.325)
Saldo dez/2024	142.415	(49.036)	54.158		18.996		152.593	(140.599)	1.817	(1.817)	1.480.572	(841.620)	1.850.550	(1.033.072)

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido-BD	Plano saldaado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

18.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	1.856	1.918
Outros Valores	-	1
Total	15.200	15.263

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição referidas no lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

18.2 Assistência à Saúde

Oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, pelo Programa de Assistência à Saúde PAS SERPRO.

18.2.1 Custeio do benefício de assistência à saúde

O SERPRO mantém como boas práticas medições dos custos dos benefícios de assistência à saúde dos empregados, por meio de controles internos e indicadores implantados, incluindo o custo para a Estatal desses benefícios.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Utilização do Plano de Saúde	328.739	277.650
Despesas Administrativas	44.134	38.517
Total dos gastos	372.873	316.167
Participação dos Empregados	222.973	203.820
Participação Empresa	149.900	112.347
Total das participações	372.873	316.167

18.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE (sodexo)	Empregados: R\$ 1.180,80 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2023/2024 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

18.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária

As provisões administrativas reduziram em R\$ 407,5 milhões (de R\$ 698,1 mi para R\$ 290,7 mi) após encontro de contas entre os saldos em referência e os saldos que os clientes mantinham/mantêm em aberto com o Serpro (Nota 2.10.1). Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

23.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Consideramos os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos pelo CPC 25. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que por avaliação jurídica são processos de natureza relevante; e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco, em regra, são inferiores a R\$ 1,2 milhão.

Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem estimativa confiável de seu valor e que se trata de uma obrigação presente, independentemente da fase processual.

Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado. Seu o reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente. Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do ticket médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise. Quanto aos riscos de perdas possíveis, os processos não impactam o valor da provisão reconhecido no balanço, mas são monitorados continuamente e divulgados em Nota Explicativa.

23.2.1 Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal*	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2023	6.636	390.459	397.095
Processos que entraram na provisão	30.572	3.258	33.830
Processos que saíram da provisão	(991)	(7.257)	(8.248)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	61	11.617	11.678
Redução nos processos anteriormente provisionados	(39)	(93.831)	(93.870)
Saldo da provisão 31/03/2024	36.239	304.246	340.485
Processos que entraram na provisão	2.637	4.343	6.980
Processos que saíram da provisão	0	(13.900)	(13.900)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	430	7.172	7.602
Redução nos processos anteriormente provisionados	1.928	(15.040)	(13.112)
Saldo da provisão 30/06/2024	41.233	286.822	328.055
Processos que entraram na provisão	0	16.357	16.357
Processos que saíram da provisão	0	(5.011)	(5.011)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.882	15.469	17.351
Redução nos processos anteriormente provisionados	(1.766)	(4.063)	(5.829)
Saldo da provisão 30/09/2024	41.348	309.574	350.923
Processos que entraram na provisão	0	6.061	6.061
Processos que saíram da provisão	0	(6.558)	(6.558)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	2	27.336	27.338
Redução nos processos anteriormente provisionados	(1.178)	(370)	(1.548)
Saldo em 31/12/2024	40.172	336.044	376.216

*Processos Fiscais somam R\$ 324,1 mil.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados com os cíveis por serem valores imateriais.

23.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração julga que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Dez/2024	Dez/2023
Sem expectativa de reembolso	253.886	272.911
Com expectativa de reembolso	122.331	124.184
Saldo da provisão	376.217	397.095

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduzem sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

23.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Os processos classificados como possíveis são os intermediários entre o "provável" e o "remoto" e devem ser divulgados em Notas Explicativas, mas não compõe o saldo de provisões judiciais no Balanço Patrimonial. O total de processos possíveis é de 267 processos, correspondendo a R\$ 193,6 milhões.

Risco Processual Possível	Dez/2024		Dez/2023	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	257	16.763	222	58.900
Processos Trabalhistas	9	152.330	9	143.477
Processos Tributários	1	24.499	3	22.228
Total	267	193.592	234	224.605

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

23.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

24. Benefício a empregados - Pós-emprego

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

Anualmente o SERPRO contrata Consultoria Atuarial para avaliar os benefícios a empregados, como Plano de Previdência Complementar, Plano de Saúde e Programas de Desligamento (PDV). A avaliação realizada sobre os dados de 2024 apontou a necessidade de atualização do Passivo para todos os benefícios, conforme detalhado no quadro a seguir:

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Programas Previdenciários	0	518.246
Plano de Assistência à Saúde	234.475	167.387
Programa de Desligamento	9.538	-
Total	244.013	685.633

Para avaliar os benefícios pós-emprego, o Serpro contrata consultoria atuarial que emite relatório sobre os benefícios pós-emprego. Em 2024 foram avaliados: Programa Previdenciário, Plano de Assistência à Saúde (Plano de Saúde PAS/Serpro) e Programas de Desligamento de empregados.

Como apresentado no quadro, o Passivo relativo ao Programa Previdenciário reduziu o saldo a R\$ 0 (zero), ante os R\$ 518,2 milhões registrados em 2023.

24.1 Programas Previdenciários

A empresa oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

24.1.1 Programas Previdenciários

24.1.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldaado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementação de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

24.1.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano. O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio - doença e abono anual;
- Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- Aos designados: pecúlio por morte.

24.1.2 Avaliação Atuarial dos planos de benefício (PS-I e PS-II)

24.1.2.1 Base de dados

Para a avaliação, foram considerados os dados dos participantes, dos ativos financeiros e obrigações, na data-base de 30/09/2024, sendo projetados para 31/12/2024.

24.1.2.2 Hipóteses técnicas e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 26 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotou-se o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na Empresa.

24.1.2.3 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

- Taxa de Juros a Longo Prazo: Para determinar a taxa de juros de longo prazo para os benefícios pós-emprego do SERPRO, adotamos as taxas de mercado fornecidas pelos títulos do governo federal nos leilões mais recentes, especificamente para um portfólio teórico de NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B com juros semestrais) identificado como IMA-B pela ANBIMA em 31 de dezembro de 2024, comparado ao fluxo de caixa das obrigações de longo prazo sob a metodologia chamada "Duração". A Duração de Macaulay é definida como o prazo médio ponderado das operações por fluxos de caixa e foi aplicada conforme a seguir:

Plano	Duration	Dez/2022
Plano PS-I	7,74 anos	7,63% a.a.
Plano PS-II	8,58 anos	7,48% a.a.
Plano PAS/SERPRO	11,03 anos	7,39% a.a.
Programa de Desligamento	2,59 anos	8,07% a.a.

b) Inflação: De acordo com o Boletim Focus de 27/12/2024, pela Mediana – Método Agregado, a expectativa de inflação para o ano de 2024 é de 4,96%.

c) Taxa Real de Evolução dos Custos Médicos:

c.1) HCCTR – Health Care Cost Trend Rate

A premissa HCCTR, no Brasil chamada de "inflação médica", apresentada pelo IESS – Instituto de Estudos da Saúde Suplementar. Avaliando o histórico de reajustes aplicados nos últimos 5 anos para o SERPRO, foi utilizada a taxa real de 3,00%aa como HCCTR.

c.2) Aging Factor

A tarifação de produtos de assistência médica é exponencial em relação à idade de seus beneficiários, razão pela qual os valores das mensalidades são crescentes por faixas etárias. Ainda que a Operadora cobre preços únicos para todos os colaboradores da Empresa, o envelhecimento da massa populacional, causado pela incorporação dos aposentados à apólice, é repassado por meio dos reajustes anuais de contrato. Houve aumento da taxa de *Aging Factor* calculada (saindo de 2,03%aa em 2023 para 2,77%aa em 2024). Até o exercício de 2022 a taxa utilizada estava baseada em projeções de mercado para planos de mesmas características e, a partir do exercício de 2023, o cálculo passou a ser efetuado utilizando a base de dados da própria empresa relativa aos custos médicos do plano e sua população beneficiária.

d) Taxa de rotatividade: A rotatividade foi considerada nula para o Plano PS-I e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PS-II.

e) Fator de capacidade para benefícios e salários: O fator de capacidade é utilizado para medir a perda real do poder de compra de salários e benefícios em função da inflação anual. Na avaliação, foi utilizado o fator de 98%.

24.1.3 Resultado da avaliação atuarial

24.1.3.1 Avaliação atuarial – Plano PS-I

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Obrigações no início do exercício	3.077.640	3.383.932	2.933.253
Custo do serviço corrente	-	-	-
Contribuições de participantes ativos	2.666	2.438	-
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	350.656	315.242	361.532
(-) Benefícios pagos no ano	191.059	(515.702)	-
(-) Benefícios pagos no ano	(238.089)	(252.657)	(300.096)
Obrigações no final do exercício	3.383.932	2.933.253	2.994.689
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	2.784.093	2.865.686	2.941.864
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	317.821	266.524	364.583
Contribuições normais e extraordinárias patronais	27.598	26.885	28.218
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	2.666	2.438	2.559
(-) Benefícios pagos	(238.089)	(252.657)	(300.096)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(28.403)	32.988	-
Ativos financeiros no final do exercício	2.865.686	2.941.864	3.037.128
(Déficit)/Superávit apurado	(518.246)	8.611	42.439
(-) Asset Ceiling	-	(8.611)	(42.439)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	-	-	-
(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício	(518.246)	-	-

24.1.3.1.1 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2024, houve redução completa do passivo atuarial do Plano SERPRO – PS-I, com reflexo direto em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. A motivação principal foi o Ganho Atuarial de R\$ 515,7 milhões e os Ganhos nos Ativos Financeiros no importe de R\$ 33,0 milhões, ambas as informações constantes na coluna "31/12/2024", no quadro acima. O fator preponderante, conforme relatório da Consultoria Atuarial, está no aumento da taxa de desconto utilizada como referência para os cálculos. A taxa utilizada foi baseada no IMA-B da Anbima, formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-B (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).

A volatilidade das taxas de desconto, estreitamente relacionada ao cenário macroeconômico e às mudanças na curva de juros de mercado. Variações acentuadas nesses indicadores afetam substancialmente o cálculo do valor presente das obrigações, tornando o passivo mais sensível às oscilações conjunturais, o que pôde ser observado na redução do Passivo Atuarial do Plano PS-I, com reflexo no ORA.

24.1.3.2. Avaliação atuarial – Plano PS-II

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Obrigações no início do exercício	1.507.926	1.716.481	1.381.206
Custo do serviço corrente	1.616	1.795	1.795
Contribuições de participantes ativos	91.790	3.187	3.431
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas do exercício	172.837	157.528	168.792
(-) Benefícios pagos no ano	81.593	(353.553)	-
(-) Benefícios pagos no ano	(139.281)	(144.232)	(131.806)
Obrigações no final do exercício	1.716.481	1.381.206	1.423.418
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	1.810.496	2.125.174	2.271.196
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	218.015	205.921	283.266
Contribuições patronais normais	92.018	3.303	3.555
Contribuições participantes ativos	91.790	3.187	3.430
(-) Benefícios pagos	(139.281)	(144.233)	(162.713)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	52.136	77.844	-
Ativos financeiros no final do exercício	2.125.174	2.271.196	2.398.734
(Déficit)/Superávit apurado	(408.693)	889.990	975.317
(-) Asset Ceiling	(408.693)	(889.990)	(975.317)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	(185)	(191)	-
(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício	-	-	-

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2024, sem impactos contábeis.

24.2 Programa de Assistência à Saúde – PAS / SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex-empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste Plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I - Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes, assegurando as limitações previstas em Regulamento. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cuja contribuição são estabelecidas de acordo com a Referência Salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

Grupo II - Empregados inativos/agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano de acordo com as limitações previstas em Regulamento. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A base de dados utilizada no cálculo atuarial está posicionada em setembro de 2024 e a data-base atuarial é de 31/12/2024.

24.2.1 Avaliação Atuarial dos Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Obrigações no início do exercício	260.011	167.388	234.476
Custo do serviço corrente	18.298	7.389	2.369
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	28.795	15.529	28.821
(-) Benefícios pagos no ano	(139.716)	44.170	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	(7.785)
Obrigações no final do exercício	167.388	234.476	257.881
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	(167.388)	(234.476)	(257.881)

24.2.1.2 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2024, houve aumento no Passivo Atuarial do Plano de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO, no montante total de R\$ 67,1 mi (de R\$167,4 milhões em 2023 para R\$ 234,5 milhões em 2024). O impacto em Outros Resultados Abrangentes foi no total de R\$ 44,2 milhões, reduzindo o Patrimônio Líquido. O fator principal foi o aumento do subsídio apurado, isto é, a participação do Serpro no custeio do Plano.

24.3 Programas de Desligamento

O Plano de Demissão Voluntária (PDV), denominado Programa Novos Horizontes, configura-se como uma iniciativa destinada a ajustar o quadro de pessoal do Serpro. Este programa, fundamentado na adesão voluntária, combina incentivos financeiros e sociais para assegurar que o desligamento ocorra de forma estruturada e com suporte adequado.

Os benefícios sociais asseguram que o empregado tenha suporte durante a transição. O incentivo relacionado ao plano de saúde assegura a participação da empresa no custeio por até cinco anos ou até o empregado completar 75 anos de idade, o que ocorrer primeiro.

Após o término do custeio pela empresa, o empregado pode permanecer no plano assumindo integralmente o custo das mensalidades. Dependentes podem permanecer no plano pelo mesmo período ou até perderem a condição de dependência, conforme regulamento vigente.

O incentivo social relacionado ao ticket alimentação prevê o pagamento de até 60 meses do valor correspondente à participação da empresa, conforme o salário do empregado.

24.3.1 Avaliação Atuarial dos Planos de Desligamento

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Obrigações no início do exercício	-	-	9.538
Custo do serviço corrente	-	-	940
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	-	9.538	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	(2.539)
Obrigações no final do exercício	-	9.538	7.939
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	-	(9.538)	(7.939)

25.1 Capital social

O capital social do SERPRO é de R\$ 1.786,2 mi (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil), sem alteração em relação ao ano anterior.

25.2 Reservas
25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.509	43.035	(14.618)	92.926
Reversão de alienação	-	-	-	-
Realização de reserva por depreciação	(1.344)	-	-	(1.344)
Atualização Imposto de Diferido	-	-	(705)	(705)
Saldo em 31 dezembro de 2024	63.165	43.035	(15.323)	90.877

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 90,9 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

25.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 34,3 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 162,7 milhões.

25.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

A reserva aumentou em R\$ 261,2 milhões com nova constituição, cujo saldo totaliza R\$ 432,9 milhões em 2024. A constituição do ano corrente está suportada pelos investimentos futuros aprovados pela Alta Administração. Ressalta-se que o valor de 2023 (saldo de R\$171,8 milhões) poderá ser capitalizado em razão dos investimentos realizados durante o exercício de 2024.

25.2.3 Dividendos e Destinação

Os dividendos mínimos para 2024 totalizaram R\$ 163,2 milhões, enquanto os adicionais somam R\$ 228,5 milhões, cuja memória e demais informações da Destinação do resultado constam no quadro a seguir.

Descrição	2024	2023
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	685.156	450.774
(b) Absorção dos prejuízos [art189]	-	-
(c) Participação estatutária [art190]	-	-
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)+(b)+(c)	685.156	450.774
(e) Reserva Legal = (d) x 5% [art193]	34.257	22.540
(f) Realização da Reserva de Reavaliação (Política de Dividendos)	2.049	-
(g) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	-	-
(h) LLE Ajustado após Res. Legal, Realiz. Res. Reav. e AEA = (d) - (e) + (f) +/- (g)	652.948	428.234
(i) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (h) x 25%	163.237	107.059
(...) Realização da Reserva de Reavaliação*	0	460
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (h) - (i)	489.711	321.635
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	228.532	-
(l) Reserva de Retenção de Lucros	261.179	321.635

*Realização da Reserva de Reavaliação foi realocada em 2024 para impactar a base de cálculo dos dividendos.

Cumprir destacar que a partir de 2024 a Realização da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 2,0 milhões foi realocada, deixando de constar na base para o "Saldo Remanescente a Distribuir", para constar na base de cálculo dos Dividendos.

A alteração atende a solicitação do Acionista (União) na Assembleia-Geral Ordinária de 2024 (contas de 2023) e impacta diretamente na base de cálculo para os Dividendos Mínimos Obrigatórios, que aumentou em R\$ 2,0 milhões, em comparação com o roteiro de cálculo anterior, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Descrição	2024 (roteiro atual)	2024 (roteiro anterior)	Diferença
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	685.156	685.156	0
(b) Absorção dos prejuízos [art189]	-	-	-
(c) Participação estatutária [art190]	-	-	-
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)+(b)+(c)	685.156	685.156	0
(e) Reserva Legal = (d) x 5% [art193]	34.257	34.257	0
(f) Realização da Reserva de Reavaliação (Política de Dividendos)	2.049	0	2.049
(g) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	-	-	-
(h) LLE Ajustado após Res. Legal, Realiz. Res. Reav. e AEA = (d) - (e) + (f) +/- (g)	652.948	650.899	2.049
(i) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (h) x 25%	163.237	162.725	512
(...) Realização da Reserva de Reavaliação	0	2.049	-2.049
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (h) - (i)	489.711	490.223	-512
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	228.532	227.815	717
(l) Reserva de Retenção de Lucros	261.179	262.408	-1.229

Vale ressaltar que o valor destinado ao acionista a título de Dividendos totalizou R\$ 391,8 milhões (Obrigatório + Adicionais), representando 60% do Lucro Líquido Ajustado, conforme requerido pela Secretaria do Tesouro Nacional em Ofício encaminhado ao Serpro.

A destinação do resultado está em consonância com o Estatuto Social e com a Política de Dividendos.

25.2.4 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, que variou positivamente R\$ 540,1 milhões, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO, que variou negativamente R\$ 44,2 milhões em 2024, e com o Programa de Desligamento, com seu reconhecimento inicial negativo em R\$ 9,5 milhões. As variações podem ser observadas na Demonstração do Resultado Abrangente.

26. Resultado do exercício

Descrição	Dez/24	Dez/23
Receita Bruta	4.458.139	3.805.343
(-) Deduções	(532.428)	(590.325)
Receita operacional líquida	3.925.711	3.215.018
Custo dos serviços prestados	(2.261.507)	(1.828.004)
Lucro bruto	1.664.204	1.387.014
Despesas operacionais	(1.053.039)	(1.006.619)
Resultado financeiro	183.993	246.641
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	795.158	627.036
Tributos sobre o lucro	(110.002)	(176.262)
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	685.156	450.774

O resultado líquido de R\$ 685,2 milhões é maior em cerca de R\$ 234,4 milhões, ou seja, 52,0% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo do crescimento da Receita em ritmo superior ao dos gastos. Enquanto a Receita Líquida apresentou crescimento de R\$ 710,7 milhões (22,11%), o Gasto Total apresentou crescimento da ordem de R\$ 479,9 milhões, 16,9%. O Resultado Financeiro contribuiu positivamente para o resultado do período apresentado, mesmo apresentado redução de R\$ 62,6 milhões em relação ao ano anterior (-25,4%).

26.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2024	Dez/2023
Hospedagem de Aplicações	2.776.920	2.347.158
Desenvolvimento e Manutenção de Software	265.816	258.313
Atendimento a Ambientes de Rede Local	134.940	126.865
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	113.243	107.356
Gestão de Margem Consignável	109.685	97.635
Serpro MultiCloud	102.150	41.446
Datavaliid	88.536	81.335
Consulta Online Senatran	86.666	74.875
Consulta CPF	82.177	54.746
Radar - Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito	78.258	38.181
Demais Obrigações de Desempenho	619.748	577.433
Total	4.458.139	3.805.343

26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

	Dez/2024	Dez/2023
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.683.526	1.508.987
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	697.077	455.000
Ministério dos Transportes	185.495	177.201
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	174.948	156.827
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	167.524	177.179
Diretoria Adm.Logística	88.695	162.444
Secretaria de Gestão e Ensino em Seg Pública	53.940	65.932
Demais Clientes Públicos	619.114	425.250
Total - Clientes Públicos	3.670.319	3.128.820
Total Clientes privados	787.820	676.523
Receita Total	4.458.139	3.805.343

A Receita Bruta obtida ao final de 2024 foi de R\$ 4.458,1 milhões, sendo 17,1% superior ao resultado obtido no mesmo período do exercício anterior (R\$ 3.805,3 milhões). O destaque se deu com as aplicações Serpro MultiCloud e Radar Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito, que mais que dobraram a participação: 146,5% e 105,0%, respectivamente. Os principais clientes continuam a ser do mercado público, em especial a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, conforme elenco descrito no quadro anterior.

26.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 710,7 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Receita bruta	4.458.139	3.805.343
Deduções da Receita	(532.428)	(590.325)
(-) ISS	(59.498)	(80.927)
(-) PIS / PASEP	(39.513)	(53.084)
(-) COFINS	(182.038)	(244.523)
(-) ICMS	(14)	0
(-) INSS patronal	(166.762)	(167.035)
(-) Descontos concedidos	(3.003)	(864)
(-) Vendas canceladas	(81.600)	(43.892)
Receita operacional líquida	3.925.711	3.215.018

A redução nas Deduções da Receita ocorre em razão de reflexos da Imunidade Tributária e da desoneração de contratos em que tais tributos foram retirados do preço, ao tempo em que a Receita Bruta aumentou pela ampliação das vendas (novos clientes e mais serviços).

26.3 Custos e despesas totais
26.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Despesas de Pessoal	(1.415.803)	(1.255.257)
Depreciação/Amortização	(188.173)	(146.237)
Locação	(197.261)	(116.591)
Manutenção	(153.077)	(171.465)
Comunicação	(16.747)	(15.867)
Serviços Profissionais	(57.676)	(49.507)
Serviços Públicos	(21.666)	(16.807)
Operações Tributárias	6.210	143.862
Créditos Tributários	541.025	145.897
Despesas Tributárias	(534.815)	(2.035)
Materiais	(2.034)	(1.991)
Exploração de Serviços	(199.307)	(194.641)
Outros custos	(15.973)	(3.504)
Totais	(2.261.507)	(1.828.004)

26.3.2 Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

Descrição	Despesas com Vendas operacionais		Despesas Gerais Administrativas		Outras despesas e receitas	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Despesas de Pessoal	(241.711)	(194.596)	(600.426)	(551.961)	0	0
Depreciação/Amortização	(1.504)	(1.239)	(37.559)	(42.316)	0	0
Locação	(706)	(160)	(5.636)	(716)	0	0
Manutenção	(6.975)	(5.408)	(13.153)	(16.994)	0	0
Comunicação	(156)	(130)	(1.221)	(1.465)	0	0
Serviços Profissionais	(9.810)	(8.847)	(47.808)	(21.368)	0	0
Serviços Públicos	(3.397)	(2.438)	(3.471)	(5.122)	0	0
Créditos a Receber	40.340	(30.403)	0	0	0	0
Operações Tributárias	(116)	(290)	(5.814)	(2.052)	0	0
Créditos Tributários	0	0	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(116)	(290)	(5.814)	(2.052)	0	0
Materiais	(108)	(40)	(271)	(635)	0	0
Resultado com ações judiciais	0	0	(58.557)	(105.039)	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0	0	0
Outras despesas	(21.051)	(3.665)	(12.065)	(9.225)	(21.864)	(2.510)
Totais	(245.194)	(247.216)	(785.981)	(756.893)	(21.864)	(2.510)

26.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados (nota 26.3.1) somados às despesas operacionais (nota 26.3.2), apresentado de forma comparativa.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Despesas de Pessoal	(2.257.940)	(2.001.814)
Depreciação/Amortização	(227.237)	(189.792)
Locação	(203.604)	(117.467)
Manutenção	(173.206)	(193.867)
Comunicação	(18.124)	(17.461)
Serviços Profissionais	(115.294)	(79.722)
Serviços Públicos	(203.604)	(24.367)
Créditos a Receber	40.340	(30.403)
Operações Tributárias	280	141.520
Créditos Tributários	541.025	145.897
Despesas Tributárias	(540.745)	(4.377)
Materiais	(2.413)	(2.666)
Resultado com ações judiciais	(58.557)	(105.039)
Exploração de Serviços	(199.307)	(194.567)
Outros	(70.951)	(18.977)
Totais	(3.314.547)	(2.834.622)

Houve um crescimento de R\$ 479,9 milhões do gasto total (16,93%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior. Este percentual de crescimento dos Gastos Totais tem variação menor que o crescimento de receita líquida de todos os segmentos de atuação (OGU, NOGU e PRIVADO), a qual foi de 22,11%.

Destacam-se: (i) Pessoal com crescimento de 12,8% (R\$256,1 milhões), ocasionado por eventos funcionais (ACT, anuênio, promoção), realização do PDV (R\$ 8,6 milhões), aplicação de ganho real de 1% no ACT de 2023/2024, entrada de novos concursados e aumento dos gastos com benefício de assistência à saúde; (ii) reconhecimento de impacto atuarial de R\$ 45,6 milhões no PAS/SERPRO e Previdência Complementar (R\$ 36,8 milhões); (iii) aumento em custeio (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos) de 24,5% (R\$ 105,9 milhões), devido à aumento nos gastos com Locação (+R\$86,1 milhões), aumento nos Serviços Profissionais Contratados (+R\$35,6 milhões); (iv) Depreciação e Amortização, com crescimento de 19,7% (R\$ 37,4 milhões); e (v) Crescimento da exploração de serviços (base de dados de clientes) da ordem de 2,40% (R\$ 4,7 milhões), devido à maior utilização da base de dados de clientes, com destaque para MGI e SRFB, para a prestação de serviços junto ao mercado privado que se destacou pela ampliação de novos clientes no exercício de 2024.

Em contrapartida, a conta de PECLD apresentou redução de R\$ 96,9 milhões quando comparada ao mesmo período do ano anterior, devido à diminuição, sobretudo, das perdas incorridas, fruto do encontro de contas efetuado junto aos clientes possibilitando a baixa de faturas em aberto.

26.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Dez/2024	Dez/2023
Juros sobre aplicações financeiras	141.467	185.431
Atualização sobre créditos tributários	11.004	15.705
Multas e juros de clientes	29.594	13.291
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	12.619	34.906
Atualização de créditos junto à EFPC	8.120	18.506
Outras receitas financeiras	9.098	4.685
Total das Receitas Financeiras	211.902	272.524

Despesas Financeiras	Dez/2024	Dez/2023
Atualização de dividendos	6.657	12.921
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	10.104	7.169
Variações cambiais	1.162	2.901
Descontos concedidos a clientes	8.276	1.267
Outras despesas financeiras	1.710	1.625
Total das Despesas Financeiras	27.909	25.883

Resultado Financeiro 183.993 246.641

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, da redução nos rendimentos das aplicações financeiras (- R\$43,6 milhões), devido à redução no saldo total aplicado em relação à 2023. Outro aspecto que contribuiu para a redução das receitas financeiras foram as atualizações de depósitos judiciais e créditos, que em conjunto, apresentaram queda de R\$ 32,7 milhões.

Contribuindo para a redução de 25,40% (-R\$62,5 milhões) no Resultado Financeiro observa-se o acréscimo nas despesas financeiras (+R\$7,82 milhões) em comparação ao exercício de 2023, tendo como principal fator o aumento nos descontos concedidos a clientes.

26.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

26.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2023	DRE	PL	Dez/2024
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(20.095)	20.095	0	0
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(19.951)	19.951		0
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(144)	144		0
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	315.869	(86.383)	(66.331)	163.155
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	53.971	310		54.281
Passivo atuarial	93.193	(21.450)	(66.331)	5.412
Provisões sobre imunidade tributárias	97.846	(52.922)		44.924
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	28.414	(13.723)		14.691
Provisões trabalhistas	22.357	3.450		25.807
Medidas compensatórias	17.071	(4.876)		12.195
Outras provisões	3.017	2.828		5.845
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(47.000)	(25.897)	0	(72.896)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	0	(22.296)		(22.295)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(16.879)	(771)		(17.650)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.618)	(705)		(15.323)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(15.503)	(2.125)		(17.628)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b)+(c)	268.869	(112.280)	(66.331)	90.259
(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	248.774	(92.185)	(66.331)	90.259

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 90,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 163,2 milhões) e o passivo fiscal diferido (não circulante, R\$ 72,9 milhões, sendo o circulante valor zero). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

26.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	795.158	795.158	0
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(270.354)	(270.354)	-
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	252.537	202.807	49.730
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	202.807	202.807	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	129.144	-	129.144
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	(79.414)	-	(79.414)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(17.817)	(67.547)	49.730

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 49,7 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público e a não constituição do crédito diferido de R\$ 79,4 milhões sobre o prejuízo fiscal, como demonstrado a seguir.

O reflexo da apuração dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais:

Descrição	Com Imunidade	Sem imunidade
	Prejuízo fiscal	AFD Não constituído
31 de dezembro de 2023	-	-
Prejuízo fiscal apurado em dez/2024	(317.766)	(79.442)

Deste modo, o reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ para 2024 total foi de R\$ 129,1 milhões, considerando os efeitos dos tributos correntes (R\$ 49,7 milhões) e dos tributos diferidos (R\$ 79,4 milhões), que serão compensados para os próximos períodos.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

27. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpro – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

27.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

27.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Tesouro Santa Catarina Retenções e repasses		122.179	292	
Contribuições Paritárias			1.856	
Ações de Cobrança			13.344	
Benefícios Pós-Emprego				0
Total	-	122.179	15.492	0

27.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	Despesas / Receitas
Contribuições à EFPC	(140.920)
Provisões Matemáticas	(48.718)
Reversão de Provisões Matemáticas (benefícios pagos)	26.884
Incorporação de Créditos - EFPC	229
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	8.120
Total	(154.405)

27.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição	Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente Paulo Mendonça Júnior	x
	Conselheiro Kleber Pereira dos Santos	x
	Conselheiro Felipe Porto Padilha	x
	Conselheiro Luiz Antônio Martins	x
	Conselheiro Maurício Vasconcellos Saraiva	x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente Mauro Roberto Simião*	x
	Conselheiro Ana Maria Mallmann Costi*	x
	Conselheiro Georges Leitão dos Santos	x
	Conselheiro Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x

	Participante/Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente Edilene dos Reis Rocha Araújo	x
	Diretor Seguridade Alexandre José Valadares Jordão	x
	Diretor Investimento Leonardo Dias Baptista Gomes	x

*Mauro Roberto Simião se encontra afastado provisoriamente, sendo substituído pela Conselheira Ana Maria Mallmann Costi.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

27.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

27.2.1 – Operações de venda

O faturamento do Serpro com as entidades Partes Relacionadas, em 2024, somou R\$ 3,3 bilhões. A relação dos 10 maiores, que representam 93,4% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta em 2024	Valores em aberto 2024	Valores em aberto anos anteriores	Valores em aberto TOTAL
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.683.526	290.743	3.640	294.383
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	697.077	155.926	1.577	157.503
Ministério dos Transportes	185.495	566	0	566
Secretaria do Tesouro Nacional	174.948	17	0	17
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	167.524	3.840	1.960	5.801
MF Diretoria de Adm. Log.	88.695	28.763	3.281	32.045
Ministério da Justiça e Segurança Pública	53.940	8.891	1.311	10.202
Dnit-Departamento Nacional de Infraest.	32.429	8.642	1.069	9.712
Caixa Econômica Federal	30.508	244	211	455
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	26.581	2.280	34	2.314
Demais Clientes	222.586	28.965	3.509	32.475
Total	3.363.309	528.879	16.594	545.473

Cabe destacar que, dos valores em aberto de anos anteriores, foram recuperados por meio do Encontro de Contas (NE 2.10.1) o importe de R\$ 89,6 milhões que estavam em discussão com os clientes na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, estrutura da Advocacia-Geral da União.

Os valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	Dez/2024	%
Créditos a receber de clientes a vencer	130.625	24%
Vencidos até 30 dias	85.816	16%
Vencidos de 31 a 60 dias	5.483	1%
Vencidos de 61 a 90 dias	29.184	5%
Vencidos de 91 a 180 dias	101.159	19%
Vencidos de 181 a 365 dias	176.612	32%
Vencidos mais de 365 dias	16.594	3%
Total	545.473	100%

Há ainda as Medidas Compensatórias, que são valores que o Serpro devolve a alguns clientes. Decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores apurados em 2024 estão apresentados a seguir:

	Medidas Compensatórias em 2024
Secretaria da Receita Federal do Brasil	41.497
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	27.996
Ministério dos Transportes	129.459
Total	198.952

27.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Federal, o excedente de caixa (Nota 4) e os depósitos judiciais efetuados a pedido da justiça (Nota 10), cujos saldos consolidados constam nos quadros a seguir.

	Banco do Brasil (31/12)	Caixa Econômica Federal (31/12)
Saldo de Aplicações	958.703	991.594
Saldos de Depósitos Judiciais	202.479	218.957

Os saldos de aplicações, no encerramento do exercício, somaram R\$1,7 bilhão, com rendimentos líquidos de R\$ 60,3 no Banco do Brasil e R\$ 51,1 milhões na CEF. A aplicação dos saldos de caixa em fundos de investimentos extramercado administrados pela CEF ou BB se dá em conformidade com o Art. 3º do Decreto-Lei 1.290/1973, regulamentado por meio da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

Decreto-Lei 1.290/1973

Art. 3º É vedada às entidades referidas no artigo anterior a aplicação de disponibilidades financeiras em títulos de renda fixa, outros que não títulos do Tesouro Nacional, ou em depósitos bancários a prazo.

Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil

Art. 2º A aplicação das disponibilidades (...) somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução.

Quanto aos depósitos judiciais/recursais, os valores pagos pelo Serpro totalizam R\$ 202,5 milhões sob custódia do Banco do Brasil. O importe de R\$ 216,9 milhões permanece sob custódia da Caixa Econômica Federal, inclusive os depósitos recursais realizados antes de novembro de 2017 (R\$28,8 milhões), que se encontram em contas vinculadas ao FGTS dos empregados litigantes.

27.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Durante 2024 foram emitidos R\$ 243,3 milhões em NRs, cujos 10 primeiros órgãos em maior volume financeiro (96,8% do total), encontram-se elencados a seguir:

Órgãos	Ressarcimentos em 2024
Secretaria da Receita Federal	179.468
Ministério da Gestão e Inovação	17.631
Advocacia-Geral da União	17.592
Presidência da República	6.647
Ministério do Trabalho e Previdência	5.419
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	4.191
Ministério Público da União	1.518
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	1.079
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	942
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	918
Demais Clientes	7.908
Total	243.313

Os valores a receber, ainda em aberto, constam registrados no Ativo, tanto circulante quanto não circulante:

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Ressarcimento - Folha de pagamento	54.322	57.564
Ressarcimento - Sentenças Judiciais	52	52
Total Circulante	54.374	57.616
Ressarcimento - Sentenças Judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	124.183	124.183
Total Não Circulante	279.825	279.825

Os valores referentes à folha de pagamento (R\$ 54,3 milhões) e às Sentenças Judiciais (R\$ 155,6 milhões) estão detalhados a seguir, por órgão:

Órgão Cessionário	Folha de Pagamento (31/12)	Sentenças Judiciais (31/12)
Secretaria da Receita Federal	36.783	155.592
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	4.900	
Ministério da Gestão e Inovação	3.058	
Advocacia-Geral da União	2.891	
Presidência da República	1.182	
Outros	5.443	50
Total	54.257	155.642

27.2.4 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 290,7 milhões registrados no passivo como provisão administrativa, ante os R\$ 698,1 milhões registrados em 2023. O saldo é referente aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS- PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Durante o exercício de 2024, o Serpro realizou junto aos clientes públicos o chamado 'Encontro de Contas' e a concessão de descontos, consumindo em R\$ 535,0 milhões a provisão em referência. Os clientes que mais se beneficiaram do expediente foram a Receita Federal do Brasil (R\$ 440,4 milhões), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (R\$ 43,0 milhões) e Ministério da Gestão e Inovação (R\$ 51,4 milhões).

A Administração pretende realizar os valores ainda pendentes (R\$290,7 milhões) por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas.

27.2.5 – Demais transações com a União

Em razão da otimização do uso de espaços, vários órgãos da Administração Pública se instalaram em imóveis do Serpro, assim como o Serpro também se vale da utilização de espaços de outros órgãos, com o compartilhamento dos custos operacionais.

Na tabela a seguir constam os principais órgãos a quem o Serpro cedeu suas instalações, mediante rateio dos custos:

Parte Relacionada (órgão cliente)	Valor
Agência Nacional de Transportes Terrestres	1.619
Ministério da Saúde	1.285
Instituto Nacional do Seguro Social	1.226
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	834
Agência Nacional de Mineração	550
Defensoria Pública da União	463
Agência Brasileira de Inteligência	386
Agência Nacional de Aviação Civil	219
Instituto Chico Mendes de Conservação	88
Caixa Econômica Federal	34
Total	6.704

27.3 – Pessoas Físicas ou Jurídicas ligadas aos empregados e corpo diretivo

O Serpro mantém lista com a relação de empregados e dirigentes, bem como das pessoas a eles ligadas até o grau de parentesco exigido pela legislação. Mantém, também, a relação de Pessoas Jurídicas que tenham participação de alguma das pessoas anteriormente citadas.

Não foram identificadas transações relevantes entre o Serpro e pessoas físicas ou jurídicas constantes da citada lista.

28. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

28.1 Remunerações

Os valores pagos no ano de 2024 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

28.1.1 Valores pagos

Remuneração	2024
Empregados	1.365.341
Diretores	2.788
Conselho de Administração	250
Conselho Fiscal	155
Comitê de Auditoria	181
Valores Pagos	1.368.715

28.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 45.227,93. O valor computa, além das rubricas salariais, na média de R\$ 38.255,14, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 51.050,78 e a menor foi de R\$ 30.412,36, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 44.722,08 para o Diretor Presidente e de R\$ 39.355,44 para os demais diretores. Para o cálculo da média, os períodos trabalhados parcialmente foram considerados na sua proporcionalidade. No mês de maio para os diretores do quadro o total de R\$ 204.772,43 a título de Remuneração Variável de anos anteriores, enquanto para ex-diretores o montante alcançou R\$ 203.425,49.

28.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa uma média de R\$ 4.346,56. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representaram uma média de R\$ 5.443,90 em dezembro.

28.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.221,11 a R\$ 58.472,89. A média salarial para esses cargos é de R\$ 14.641,38. Esta amplitude na

28.3 Benefícios

Descrição	Dez/2024
Assistência Médica	145.596
Assistência Odontológica	386
Auxílio Alimentação	69.314
Auxílio Creche	5.789
Auxílio Filhos Especiais	5.314
Previdência Complementar	116.367
Auxílio Transporte	343
Soma Global	343.109

29. Cobertura de seguros

Seguradora Contratada	em milhares de R\$			
	Sompo Seguros S.A.	KOVR Seguradora SA	Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A	Generali Brasil Seguros
Ativo	Responsabilidade Civil Profissional	Responsabilidade Civil D&O	Vida	Patrimonial
Tipo de Cobertura	Serviço de cobertura de seguro de responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital do SERPRO.	Responsabilidade civil na modalidade D&O (Directors and Officers), abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice.	Cobertura Securitária aos sinistros motivados por morte, acidente, invalidez permanente ou parcial para o grupo segurável de empregados do Serpro (630) e estagiários (20).	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raio, desmoronamento, danos elétricos e coberturas acessórias para os imóveis e conteúdos (equipamentos, mobiliário e materiais).
Valor anual contrato	23	95	32	375
Valor total assegurado	1.000 10.000	20 mil/vida (morte ou invalidez); 3,5 mil/vida (despesas médicas)		1.376.247

30. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

30.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de

recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
Receita operacional líquida	3.925.711	3.158.396
Custo dos serviços prestados	(2.261.507)	(2.020.398)
Lucro bruto	1.664.204	1.137.998
Despesas/Receitas operacionais	(1.053.039)	(908.377)
Despesas com vendas	(245.194)	(160.726)
Despesas gerais e administrativas	(785.981)	(728.154)
Outras despesas e receitas operacionais	(21.864)	(19.497)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	611.165	229.621
Resultado financeiro	183.993	145.989
Receitas financeiras	211.902	170.484
Despesas financeiras	(27.909)	(24.495)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	795.158	375.610
Imposto de renda e contribuição social	(110.002)	(60.440)
Correntes	(17.817)	(14.335)
Diferidos	(92.185)	(46.105)
Lucro líquido do exercício	685.156	315.170

As operações com tais características podem ser observadas na Nota Explicativa 26.1.2 - quanto aos clientes públicos, e na Nota Explicativa 27.2.1 - que apresenta as operações comerciais com órgãos federais.

30.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.



Alexandre Gonçalves de Amorim
Diretor-Presidente
Diretor de Negócios Econômico-Fazendários - Substituto



Alexandre Brandão Henriques Maimoni
Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos



André Picoli Agatte
Diretor de Negócios, Governos e Mercados



Osmar Quirino da Silva
Diretor de Administração e Finanças



Wilton Itaguara Gonçalves Mota
Diretor de Operações



Ermes Ferreira Costa Neto
Diretor de Pessoas



Vitor Patrocínio Sacramento
Contador - CRC MG-098786/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Conselheiros e Administradores do
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados ("SERPRO") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao SERPRO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERPRO, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a

auditoria das demonstrações financeiras do SERPRO. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria do SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do SERPRO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas

até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 13 de março de 2025.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC/SP-032267/O-1

Fernando Machado dos Santos
Sócio – Contador CRC/SC-043302/O



FERNANDO MACHADO
DOS SANTOS: 00396120903
Assinado digitalmente por
FERNANDO MACHADO DOS
SANTOS:00396120903
Localização: Blumenau (SC)
Data: 2025.03.18 10:32:03-03'00"

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 2025

Assuntos: Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras; e Destinação de Resultados, com Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucros com base em justificativa em Orçamento de Capital.

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163 da Lei nº 6.404/1976 e incisos II e V do artigo nº 32 do Estatuto Social do SERPRO, examinou: o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação dos Resultados e Distribuição de Dividendos, todos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024.

Baseou-se em avaliações preliminares, a saber:

- Relatório do Comitê de Auditoria do Serpro, de 05.03.2025, com a conclusão transcrita a seguir para registro: *“Com base nas informações fornecidas pelo Serpro, nos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria, conforme as atribuições e responsabilidades previstas na legislação em vigor, as limitações inerentes ao seu escopo de atuação e os trabalhos das Auditorias Interna e Independente, o Comitê considera que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Federal de Processamento e Dados – Serpro, em 31 de dezembro de 2024.”* e
- Relatório da Auditoria Independente - Taticca Auditores e Consultores, que não apresentou quaisquer ressalvas ou ênfases, e expressou a opinião transcrita a seguir para registro: *“Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”*

Considerando a Política de Dividendos do SERPRO vigente (Deliberação GR-037/2024), e conforme Ofício SEI nº 7506/2025/MF encaminhado pela Secretaria do Tesouro Nacional requerendo a distribuição de dividendos equivalente a 60% do Lucro Líquido Ajustado de 2024, bem como o Ofício nº 002536/2025/SERPRO/DP encaminhado pelo Serpro à STN quanto à proposta de Retenção da Reserva de Lucro, o Conselho Fiscal também examinou e registrou ciência em relação à proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de R\$ 685.156.399,35 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), contempladas nas referidas demonstrações financeiras, conforme a seguinte discriminação:

- Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R\$ 34.257.819,97 (trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos);

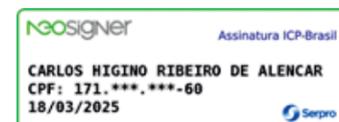
- Imputar os Juros Sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório até o limite da TJLP, e apurar o dividendo mínimo no valor de R\$ 163.236.938,88 (cento e sessenta e três milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e oito centavos), nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social. A realização da reserva de reavaliação, no importe de R\$ 2.049.176,13 (dois milhões, quarenta e nove mil, cento e setenta e seis reais e treze centavos) foi incluída integralmente na base de cálculo dos dividendos, conforme pedido do Acionista na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 19/04/2024;

- Constituição de Dividendos Adicionais Propostos no valor de R\$ 228.531.714,43 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e três centavos), conforme Política de Dividendos do Serpro;

- Constituição da reserva de retenção para investimentos no montante de R\$ 261.179.102,21 (duzentos e sessenta e um milhões, cento e setenta e nove mil, cento e dois reais e vinte e um centavos), com base em justificativa em orçamento de capital anexada à proposta.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação dos Resultados do exercício encontram-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária prevista para ser realizada em 23 de abril de 2025, na forma dos incisos I e II do artigo 12º do Estatuto Social.

Brasília, 17 de março de 2025.



CARLOS HIGINIO RIBEIRO DE ALENCAR
Presidente do Conselho Fiscal



ALEXANDRE REBÊLO FERREIRA
Conselheiro Fiscal



FABIO HENRIQUE BITTES TERRA
Conselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - 2025

Assuntos: Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras; e Destinação de Resultados, com Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucros com base em justificativa em orçamento de capital.

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelo inciso V do Artigo nº 142 da Lei nº 6.404/1976 e incisos, VII, XIV, XV, XX do artigo nº 19 do Estatuto Social do SERPRO, examinou: o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras; a Proposta de Destinação dos Resultados e Distribuição de Dividendos, todos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024.

Baseou-se em avaliações precursoras, a saber:

- Relatório do Comitê de Auditoria do Serpro, de 05.03.2025, com a conclusão transcrita a seguir para registro: *“Com base nas informações fornecidas pelo Serpro, nos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria, conforme as atribuições e responsabilidades previstas na legislação em vigor, as limitações inerentes ao seu escopo de atuação e os trabalhos das Auditorias Interna e Independente, o Comitê considera que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, em 31 de dezembro de 2024.”* e
- Relatório da Auditoria Independente - Taticca Auditores e Consultores, que não apresentou quaisquer ressalvas ou ênfases, e expressou a opinião transcrita a seguir para registro: *“Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados (“SERPRO”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).”*

Considerando a Política de Dividendos do SERPRO vigente (Deliberação GR-037/2024), e conforme Ofício SEI nº 7506/2025/MF encaminhado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN requerendo a distribuição de dividendos equivalente a 60% do Lucro Líquido Ajustado de 2024, bem como o Ofício nº 002536/2025/SERPRO/DP encaminhado pelo Serpro à STN quanto à proposta de Retenção da Reserva de Lucro, o Conselho de Administração também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de R\$ 685.156.399,35 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), contempladas nas referidas demonstrações financeiras, conforme a seguinte discriminação:

- Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R\$ 34.257.819,97 (trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos);
- Imputar os Juros Sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório até o limite da TJLP, e apurar o dividendo mínimo no valor de R\$ 163.236.938,88 (cento e sessenta e três milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e oito centavos), nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social. A realização da reserva de reavaliação, no importe de R\$ 2.049.176,13 (dois milhões, quarenta e nove mil, cento e setenta e seis reais e treze centavos) foi incluída integralmente na base de cálculo dos dividendos, conforme pedido do Acionista na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 19/04/2024;
- Constituição de Dividendos Adicionais Propostos no valor de R\$ 228.531.714,43 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e três centavos), conforme Política de Dividendos do Serpro;
- Constituição da reserva de retenção para investimentos no montante de R\$ 261.179.102,21 (duzentos e sessenta e um milhões, cento e setenta e nove mil, cento e dois reais e vinte e um centavos), com base em justificativa em orçamento de capital anexada à proposta.

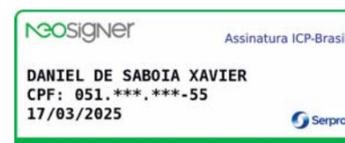
O Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório da Administração, às Demonstrações Financeiras e à Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2024, com o Resultado das Metas do Programa

de RVA (Remuneração Variável Anual) e com a Retenção de Lucro para Investimentos, com justificativa em Orçamento de Capital, bem como ao envio para apreciação da Assembleia Geral Ordinária prevista para ser realizada em 23 de abril de 2025, na forma dos incisos I, II, VI e X do artigo 12º do Estatuto Social.

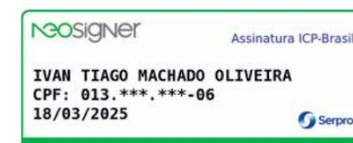
Brasília, 14 de março de 2025.



FERNANDO FERREIRA
Presidente do Conselho de Administração



DANIEL DE SABOIA XAVIER
Conselheiro



IVAN TIAGO MACHADO OLIVEIRA
Conselheiro



LEONARDO ANDRÉ PAIXÃO
Conselheiro Independente



RENAN PINHEIRO DO EGYPTO GUERRA
Conselheiro



ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS
Conselheiro